

REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR

Discurso de S. Emcia. o Sr. Cardeal Valeri abrindo o Segundo Congresso dos Religiosos do Brasil	513
A Situação dos Religiosos no Brasil <i>Pe. Fernando de Bastos Avila S. J.</i>	522
A Integração do Indígena na civilização cristã <i>Pe. Antônio Lukesch e Pe. Carlos Lukesch C. PP. S.</i>	540
Relatório da Conferência dos Religiosos do Brasil Apresentado pelo Secretário Geral ao Congresso	555
Novas Fundações	575

COM APROVAÇÃO ECLESIASTICA

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil
Rua Farani N.º 95 — Rio de Janeiro — Brasil
Diretor Responsável: Pe. Irineu Leopoldino de Souza S. D. B.

DISCURSO DE SUA EMINÊNCIA O CARDEAL VALÉRIO VALERI ABRINDO O SEGUNDO CONGRESSO DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

Eminências,

Excelências,

Caros e egrégios Congressistas:

Nunca pensei que um dia viesse a ter a honra e a grande alegria de me encontrar aqui no meio de vós. Mas quem não conhece a vossa grande pátria? Desde a infância ainda no século passado, aprendíamos sôbre os bancos da escola ser o Brasil um imenso país, um verdadeiro continente, tão extenso como tôda a Europa e favorecido por Deus com tôda a classe de riquezas e de bens. A beleza das suas costas e das suas praias, a variedade dos seus climas, dos seus produtos, das suas imensas florestas ainda virgens, faziam-me pensar muito, e criavam na minha jovem fantasia sonhos de viagens que ainda não podiam ser realizados por via aérea, pois o avião ainda não existia... mas havia também uma grande parte do oceano Atlântico que era preciso atravessar; tal e qual como diz um provérbio italiano: «tra il dire e il fare o il sognare c'è di mezzo il mare».

Contudo aqui estou hoje, e não em sonho mas, creio, em carne e osso... disso me confirmo ao ver esta belíssima assembléia e a meu lado um dos mais distintos colaboradores, o caríssimo Padre Anastácio Gutierrez, C. M. F., professor de Direito Canônico no Pontifício Ateneu Lateranense, como também o querido Padre Kerginaldo Memória, figura bem conhecida nos ambientes eclesiásticos brasileiros que, durante o tempo dos seus estudos teológicos e canônicos na Pontifícia Universidade Gregoriana, me tem acompanhado em Roma como Capelão nas várias cerimônias pontifícias de maior solenidade.

Devo acrescentar que a minha decisão de vir a São Paulo para presidir o vosso Congresso foi tomada quase de improviso. De fato, tinha já dito ao Reverendíssimo Padre Martinho Michler, Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil, não só que eu não poderia vir por vários motivos, mas também que seria difícil poder mandar outro da nossa Sagrada Congregação, já que o Reverendíssimo Padre Larraona, Secretário da mesma, deverá ir no próximo mês de agosto, ao Congresso de Religiosos de Bogotá, e outro dos nossos à Universidade de Duquesne,

em Pittsburg, para dar um curso de verão-Summer School — às Religiosas. Além disso deveremos encontrar-nos no fim de Setembro em Madri, para o primeiro Congresso de Religiosos da Espanha.

Mas vê-se que todos vós, religiosos e religiosas, merecíeis pelo vosso zêlo, pelos vossos sacrifícios, pelas vossas orações que na minha pessoa, como Prefeito da Sagrada Congregação de Religiosos, o Santo Padre estivesse em certo modo presente hoje no meio de vós. Oxalá possa eu nestes dias ser a prova vivente do afeto verdadeiramente paterno e do grande interêsse com que o Papa segue os vossos trabalhos e os vossos progressos, como os dos religiosos e das religiosas do mundo inteiro.

Na realidade os progressos que realizastes, especialmente do último congresso para cá, são verdadeiramente dignos do melhor encômio.

Sei muito bem que então vossa Conferência tinha como sede uma sala pequenina de poucos metros quadrados com dois ou três funcionários.

Atualmente tendes no Rio uma digníssima sede onde as vossas sessões se convergem de modo particular nos trabalhos de procuratórios, trabalhos jurídicos, de assistência espiritual, de estatística, de assistência social, catequética, prova claríssima da vossa constante atividade e do vosso espírito de sacrifício.

Não quero deixar de mencionar o Anuário dos Religiosos e a vossa bela Revista mensal editados sob os vossos cuidados no ano passado.

Quero lembrar também a brilhante exposição feita pelo infatigável Padre Irineu Leopoldino de Sousa, no ano passado, perante a reunião dos Reverendíssimos Superiores Gerais de Roma sôbre o andamento e desenvolvimento da obra brasileira.

É forçoso declarar que o Senhor tem abençoado copiosamente o vosso trabalho e zêlo incansável.

Antes, porém, de passar adiante, seja-me permitido dirigir a minha mais fraterna saudação a Sua Eminência o Senhor Cardeal Arcebispo de S. Paulo que, com gesto de grande benevolência, pelo qual lhe fico profundamente agradecido, quiz adiar a sua ausência da metrópole para depois de iniciado o Congresso; a Sua Eminência o Cardeal Câmara que nestes dias deu um profícuo curso às Mestras de Noviças, aos Excelentíssimos Bispos e Prelados aqui presentes que nos quizeram trazer o testemunho da sua simpatia e do vivíssimo interêsse que tomam em tudo aquilo que diz respeito à vossa vida religiosa, à fecundidade do vosso apostolado e à solução dos múltiplos e variados problemas que vos apresenta o mundo de hoje em contínua evolução.

O religioso é essencialmente um discípulo de Jesus Cristo, chamado a segui-lo e a conseguir a sua perfeição: «Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens e dá-lo aos pobres e terás um tesouro no céu; depois vem e segue-me» (Mat. XIX, 21). O fim último da vida religiosa é a perfeição evangélica cujo exemplar é o mesmo Jesus Cristo e à qual se chega pelo caminho da renúncia às coisas da terra, ou seja, abraçando integralmente a sua doutrina moral, seus preceitos e conselhos (can. 487) e unindo-se à sua Divina Pessoa com um amor total e sem reservas.

Sem dúvida que, sendo tão sublime a meta a atingir, ninguém pode enveredar por tal caminho se não fôr chamado por Deus: «Nec quisquam sumit sibi honorem sed qui vocatus est a Deo tanquam Aaron» (Hebr. v. 4). É êste o primeiro elemento indispensável duma vocação religiosa; faltando o qual, ruiria imediata e irremediavelmente todo o edifício. O outro elemento é, como sabeis, eclesiástico e vem expresso em poucas palavras pelo Catecismo Romano nestes têrmos: «Vocari a Deo dicuntur qui a legitimis Ecclesiae ministris vocatur». «Divina enim ad religiosum eñ clericalem statum vocatio, utpote qua quis in Ecclesia, societate scilicet visibili atque hierarchica, ad viam sanctificationis publice ducendam et ad ministerium hierarchicum exercendum destinetur, a moderatoribus quoque hierarchicis, quibus Ecclesia regimen divinitus commissum est, ex auctoritate comprobari, amitti atque debet» (Const. Apos. «Sedes Sapientiae»: A. A. S. 1956, pág. 357).

Supostos, portanto, êstes dois elementos, divino o primeiro «a Patre luminum a quo est omne datum optimum et omne donum perfectum» (Ep. de S. Tiago: I, 17), e eclesiástico o segundo, quem aspirar à vida religiosa deverá percorrer uma estrada muito comprida que do postulado ou aspirantado o levará ao noviciado e depois à emissão dos votos temporais e por fim dos perpétuos, sejam êles simples ou solenes, para dêste modo se unir sempre mais intimamente ao Senhor e conformar-se ao seu divino sacrifício e ao da Igreja.

Na realidade não é possível um gênero de vida tão elevado que implica a doação completa das próprias fôrças para a glória de Deus e bem do próximo, sem o contínuo exercício das mais diretas virtudes e sem uma forte disciplina religiosa, moral e intelectual. Isto mesmo podíamos chamá-lo por outras palavras educação ou formação religiosa, eclesiástica, apostólica.

É precisamente dêstes últimos três têrmos que se ocupa a recentís-

sima Constituição «Sedes Sapientiae» da qual já citamos antes uma passagem. Publicada no último número de «Acta Apostolicae Sedis», é mais uma prova eloqüente do paterno interêsse de Sua Santidade o Papa Pio XII por tudo aquilo que se relaciona com o estado religioso e com o contínuo progresso dos que a êle foram divinamente chamados. Progresso tanto mais necessário, diz a citada Constituição, quanto o estado «perfectionis acquirendae» vai hoje geralmente unido à dignidade sacerdotal e ao munus apostólico.

Por isso dita Constituição, depois de ter marcado a necessidade de colocar sempre em primeiro plano o aspecto sobrenatural da formação de que antes falamos, a cujo fim contribuem a recepção dos sacramentos, a oração e a mortificação até chegar ao «hominem perfectum in Christo Iesu», passa a falar mais detidamente da formação intelectual e pastoral.

É inegável que, depois de dar a primazia, como acima dissemos, à formação estritamente religiosa, a Igreja não descuidou nunca nenhum meio ao seu alcance para fazer progredir igualmente a formação intelectual dos seus ministros. Aí está a História da Igreja a demonstrar-nos com tôda a sua eloqüência como o sacerdócio católico, particularmente nos séculos passados, os cenóbios e os mosteiros contribuíram notavelmente à salvação dos inapreciáveis tesouros da sabedoria antiga de Atenas e de Roma. Mais do que a sapiência clássica, porém, a Igreja quer ver nos que hão de ser «o sal da terra» e «a luz do mundo» (Mat. v, 13-14) a sabedoria divina; de tal modo que nunca se pouparam cuidados para que os ministros do Senhor se apresentassem no mundo ricos em primeiro lugar de profundos conhecimentos filosóficos, teológicos e bíblicos. Conhecimentos que longe de excluírem as ciências naturais e as artes, as exigem como precioso adôrno.

Mas se tal formação sempre foi necessária, em todos os tempos e em todos os lugares, que diremos na época em que vivemos? Por uma parte estamos em presença dum progresso maravilhoso no campo das ciências naturais e exatas. Fruto das suas descobertas é essa verdadeira revolução a que assistimos na vida material dos povos e nas relações sociais. Mas por outra parte, devemos verificar o triste fato do atual obscurecimento, cada dia maior, das inteligências na ordem moral, da progressiva confusão acêrca das noções fundamentais do bem e do mal, do verdadeiro e do falso, do relaxamento dos costumes tanto públicos como privados. Segundo a expressão de Bergson, à medida que o mundo moder-

no vai crescendo desmesuradamente, a sua alma, em vez de seguir proporcionalmente tal desenvolvimento, vem a faltar-lhe.

Quem poderá encontrar remédio eficaz para esta tão dolorosa situação e incutir-lhe melhores rotas, senão o ministro do Senhor pôsto como lâmpada ardente no cimo do monte para ser vista por todos?

Eis, estimados Congressistas, porque a «Sedes Sapientiae» fala com tanta insistência da necessidade que têm os jovens alunos dos nossos Escolaticados, Ginásios e Escolas Superiores, de uma formação intelectual completa, para dêste modo não serem inferiores em nada a eventuais companheiros laicos: «eis nihil saltem cedant qui e laicis juvenibus pari sint disciplinae auditores» (Ibidem).

Os «Estatutos», que depois seguirão à mesma Constituição conduzem, como vereis, pela mão o jovem religioso através de todos os graus da sua formação intelectual, das escolas inferiores aos cursos superiores de filosofia e de teologia que deverão sempre, naturalmente, inspirar-se na filosofia do Doutor Angélico.

Nada vem descuidado de quanto possa contribuir para que o aluno chegue ao termo da sua carreira de estudos com a alma e a mente enriquecidas de todos aquêles conhecimentos necessários para ser um «fidelis misteriorum Dei dispensator» (I Cor. IV, 1) e um perfeito homem de Deus «ad omne opus bonum instructus» (II Tim. III, 17).

Tão prolongada e esmerada preparação moral, ascética e intelectual, com efeito, deve tender necessariamente ao apostolado, pois que nem a lucerna há de ser colocada debaixo do alqueire nem os talentos escondidos debaixo da terra. As palavras do Divino Mestre: «euntes, docete omnes gentes» (Mat. XXXVIII, 19) ressoam hoje com maior força e significado do que nunca, nos ouvidos de um e outro clero, impelindo-os a trabalhar sob a guia do magistério eclesiástico, com energia sempre maior, para apressar o advento do reino de Cristo.

Quanto acabamos de dizer refere-se também, claro está, aos membros de religiões não clericais, pois concerne à formação religiosa e apostólica. O religioso não clérigo ou laico, como se costuma dizer, está certamente num plano diferente do clero secular ou regular. Ele é «religioso», é êste o seu título oficial e a sua dignidade na Igreja a que está unida uma missão autêntica da qual pode muito legitimamente ufanar-se e pela qual merece ser tido em especialíssima consideração. Esta idéia frisava-a não há muito Sua Santidade Pio XII, felizmente reinante, num venerando autógrafo que me endereçou como Prefeito da Sagra-

da Congregação de Religiosos a trinta e um de março de 1954 (A. A. S., 46 (1954), pág. 202), no qual punha de relêvo a importantíssima missão que têm na Igreja os Institutos religiosos, especialmente os dedicados ao ensino, cujos membros renunciavam ao sacerdócio: «Na realidade, tais Institutos docentes embora constituídos exclusivamente por quem, por especial vocação de Deus, renuncia ao sacerdócio e às suas vantagens, são tidos em grande estima na Igreja e prestam aos mesmos ministros do Senhor poderosíssima ajuda na formação cristã da juventude».

Estas consoladoras palavras dirigidas pelo Sumo Pontífice aos Institutos docentes, podem aplicar-se perfeitamente também a outros Institutos cujos membros não agraciados pelo sacerdócio se consagram no seio da Igreja a outro gênero de apostolado não menos autêntico, em conformidade com as próprias Constituições. Elas podem ser outrossim aplicadas às religiosas, presentes no Congresso em tão grande número que por razão da sua profissão têm jus ao respeito de todos e pelo seu tão variado e ardente apostolado desenvolvido em íntima união com o clero pastor de almas, são justamente tidas na maior consideração e estima pela Santa Igreja.

A Encíclica «*Sacra Virginitas*», publicada no ano passado, é um verdadeiro hino à sublime grandeza do seu estado. Nela, diz Pio XII, ser a virgindade consagrada um precioso tesouro deixado em herança à Igreja pelo seu Divino Fundador. As virgens, diz São Cipriano, são a flor cujo germe traz a Igreja em seu castíssimo seio, a preciosa jóia com que se adorna a sua graça espiritual. Santo Agostinho acentua o valor da consagração das virgens ao Divino Espôso, Jesus Cristo. A virgindade consagrada é, com efeito, uma das mais belas manifestações da conquista evangélica, de tal maneira que se pôde afirmar com muita razão que ela transformou juntamente com a caridade dos primeiros cristãos, o clima da nossa civilização.

Não extranha, pois, que o Santo Padre, no decurso da mencionada Encíclica, exteriorize mais de uma vez a sua grande alegria ao pensar nas suas tão nutridas falanges virginais. Virgens e apóstolos, também essas, diz o Papa. Efetivamente, com generosidade e constância admiráveis, fiéis intérpretes das ordens e dos desejos da Jerarquia Eclesiástica, vós, gastando as próprias energias por vêzes até ao heroísmo, ensinais, educais, consolais as almas dos aflitos, e em cada pobre, em cada órgão, em cada doente descobris um membro sofredor do corpo místico de Jesus

Cristo. Duvido possa tecer-se maior elogio à vossa atividade apostólica do que o tecido pelo mesmo Papa ao proferir as seguintes luminosas palavras: «Não podemos conceber hoje o apostolado da Igreja sem a cooperação das religiosas nas diversas obras de caridade, na escola, na ajuda ao ministério sacerdotal e nas missões». E no discurso ao Congresso das religiosas educadoras, a trinta e um de setembro de mil novecentos e cinquenta e um, Sua Santidade chega a perguntar-se a si mesmo: «como teria podido a Igreja cumprir plenamente com a sua missão nestes últimos tempos, sem a obra que centenas de religiosas realizam com tanto zelo no campo da educação e da caridade? E como poderia cumpri-la mesmo nos nossos dias?»

Conheceis também, queridos Congressistas, a Constituição «Sponsa Christi» deñicada às religiosas de vida contemplativa. Trata-se de um documento de excepcional importância pelo fim, entre outros, de pôr em relêvo o aspecto apostólico da vida contemplativa e de conciliar, na medida do possível, o desejo da vida monástica com a ânsia de um apostolado sempre mais ardente em harmonia com os tempos em que vivemos.

A vida é um contínuo renovar-se. A imagem da árvore que em cada estação, ao subir da linfa, se transforma em flores e frutos, quadra maravilhosamente à perfeição evangélica. As Congregações religiosas não podem libertar-se desta lei, sobretudo numa época como a nossa, em que tudo se transforma e se nos apresentam problemas desconhecidos por completo pelas gerações que nos precederam.

Por isso a «Sponsa Christi», se por uma parte revigora a vida contemplativa exortando as freiras a restaurar os votos solenes com a clausura papal, por outro declara aberta e solenemente ser a vida monástica totalmente apostólica («Sponsa Christi») e adapta-a com diversas graduações às necessidades do apostolado moderno. Favorece também dita Constituição Apostólica a formação de Federações com o fim de quebrar o possível isolamento, promover a observância regular, procurar um mútuo auxílio fraterno, respeitando sempre, é claro, a autonomia de cada convento e salvos os direitos dos Ordinários e Superiores regulares.

A «Provida Mater» cria igualmente nos nossos tempos em plena fermentação, um novo estado jurídico de perfeição cristã. Dêste modo podem-se praticar hoje, mesmo no meio do buliço do mundo, em forma públicamente reconhecida pela Igreja, os três conselhos de pobreza, de castidade e de obediência.

Por tôdas as partes se vão efetuando sob o influxo e a direção da Sagrada Congregação de Religiosos, Congressos, Cursos de Espiritualidade para Superiores ou Mestras de Noviças, Cursos de estudos sociais e profissionais, Cursos de estudos superiores e universitários.

A Igreja deseja também ardentemente que o nível cultural das religiosas esteja cada dia mais à altura da sua nobilíssima e alta missão. Não se pode hoje ensinar ou cuidar dos doentes como se fazia há uns anos atrás. Foram inventados novos métodos de ensino, mais apropriados à psicologia da juventude dos nossos dias, e criados novos meios técnicos que é necessário conhecer se queremos do nosso apostolado os profícuos frutos que desejamos.

Parece-me que todos êstes pontos a que acabamos de fazer referência, estão compreendidos, de um ou de outro modo, no âmbito do programa dêste Congresso. O seu programa, com efeito, é vastíssimo e aborda problemas de suma importância pela sua frisante atualidade.

A figura jurídica do religioso, a colaboração com os movimentos diocesanos, a comunidade paroquial e diocesana devem contribuir a êsse movimento que tem por fim estreitar sempre mais as relações entre o clero secular e o clero regular. Passaram já os tempos em que podia ser permitido o luxo de certas divergências e emulações no campo do apostolado que a todos nós confiou a Divina Providência. União íntima fraterna e cordial, tal a que deve reinar entre os membros do «uterque clerus»; um e outro deve professar filial amor aos Bispos, postos pelo Espírito Santo à cabeça do govêrno da Igreja e aos quais outorgou, sem restrições de classe alguma, a direção no campo do apostolado local. A vitória sôbre os numerosos e fortes inimigos que nos rodeiam depende, caros Congressistas, dessa condição necessária.

Os problemas missionários, da imprensa e da escola, devem ser também objeto dos nossos comuns ideais; da sua solução ou do seu maior ou menor desenvolvimento dependerá, no futuro, a sorte da Igreja no vosso país, o mesmo que nas outras nações do mundo.

Enfim as religiosas porão nestes anuviados tempos, todo o fervor do seu espírito e todo o zêlo do seu coração no exercício da atividade catequética e da assistência social. Eis dois campos de apostolado quase ilimitados que têm por objetivo primeiro a saúde das almas e depois a dos corpos.

Só me resta felicitar cordialmente em nome da Sagrada Congregação de Religiosos, ao Reverendíssimo Padre Presidente e aos distintos

membros da Conferência dos Religiosos do Brasil, que nestes últimos anos, como já disse no início, tanto tem feito pelo bem comum das Ordens, das Congregações, das Sociedades e dos Institutos e que com tão grande espírito de sacrifício e fôrça de vontade prepararam êste segundo Congresso Nacional de Religiosos. A estas cordiais felicitações uno os meus votos para que o resultado corresponda aos seus esforços e aos seus desejos.

A Constituição «Sedes Sapientiae» se abre com devota invocação à Santa Mãe de Deus. Ela é, com efeito, o espelho perfeitíssimo das virtudes do seu Divino Filho e a criatura que nunca foi maculada pela mais leve sombra de pecado. A sua santidade, pobreza, virgindade e obediência devem constituir o exemplo de tôdas as almas consagradas a Deus. Seu materno amor na formação dos apóstolos que haviam de conquistar o mundo para o Evangelho, não se apagou ainda hoje no seu Coração, lá no Paraíso. Estamos certos de que Ela estará nestes dias muito perto de nós, para inspirar-nos aquelas resoluções de que mais necessitarmos para a nossa santificação e para a de todos os nossos irmãos.

È com êstes sentimentos que declaro aberto êste segundo Congresso de Religiosos do Brasil.

Antes, porém, de dar início aos trabalhos, o nosso primeiro dever de Congressistas é depor aos pés do Sumo Pontífice, Chefe visível da Igreja, os sentimentos da mais profunda submissão, implorando ao mesmo tempo sua bênção paterna sôbre as nossas pessoas e sôbre tôdas as nossas atividades.

Submeto, portanto à aprovação do Congresso o texto da seguinte mensagem:

Sumo Pontífice Pio XII — Roma

Religiosos e religiosas do Brasil, reunidos Segundo Congresso Nacional em São Paulo, presentes numerosos Prelados e dignatários eclesiásticos, depõem pés Vossa Santidade profundos sentimentos fidelidade e devoção, implorando sôbre os seus trabalhos favor Bênção Apostólica.

Card. VALERIO VALERI

Presidente do Congresso

A SITUAÇÃO DOS RELIGIOSOS NO BRASIL

Pe. Fernando de Bastos Avila S. J.

Minha tarefa neste trabalho é de ministrar uma visão de conjunto sobre a situação estatística dos religiosos no Brasil.

No desempenho desta tarefa, proponho-me uma tríplice finalidade:

1) informar os interessados sobre a situação. Talvez esta simples indicação de dados reserve alguma surpresa agradável ou desagradável. A situação poderá parecer a alguns menos ou mais sombria do que julgavam.

2) submeter os dados recolhidos aos tratamentos estatísticos de que são passíveis dentro da escassez dos elementos informativos existentes. Tentarei, quanto possível, um ensaio de interpretação, procurando ler o que os dados significam e o que permitem prever.

3) oferecer uma amostra muito modesta ainda das possibilidades de levantamento estatístico e das vantagens que o mesmo pode oferecer.

Desde já quero exarar aqui o meu sincero agradecimento ao Departamento Estatístico da Conferência dos Religiosos do Brasil, que as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, sob a competente orientação do R. P. Irineu Leopoldino de Souza S. D. B., criaram e vêm mantendo. Agradecimentos e parabens pela visão que tiveram do alcance de uma tal iniciativa e pelo alto padrão técnico com que a vêm conduzindo.

Trata-se como se vê de uma longínqua aproximação do problema da situação dos religiosos do Brasil que só nos poderá fornecer uma visão muito sumária, panorâmica, sobre o nosso tema. A situação dos religiosos tem inúmeras dimensões em superfície como em profundidade, que escapam totalmente a uma análise estatística. Temos plena consciência da limitação dos instrumentos técnicos de análise que empregamos. Entretanto, esperamos que os resultados obtidos possam servir como ponto

de partida para uma reflexão esclarecida sobre os grandes problemas apostólicos, que a nós incumbem, na atual conjuntura brasileira.

I Parte: OS DADOS ESTATÍSTICOS

A) — Densidade e distribuição dos religiosos no Brasil

A questão pode ser tratada primeiramente em sua dimensão nacional, sem atendermos ainda às discriminações profissionais e regionais.

Sobre este primeiro ponto de vista o assunto já foi examinado pelo R. P. Irineu Leopoldino de Sousa (1)

O referido autor obteve a correlação de $+ 0,87$ entre os efetivos demográficos das unidades da federação e o potencial de religiosos de que cada uma dispõe. O sentido desta correlação é simplesmente que não existe uma grande aberrância entre as duas séries relacionadas. Por outras palavras, não há estados muito populosos e muito desprovidos de religiosos, nem ao contrário, estados de pequeno efetivo populacional completora de religiosos. O fato é tranquilizante porquanto revela que, «grosso modo», os maiores efetivos apostólicos se encontram onde a messe normalmente é mais considerável. A correlação todavia não é perfeita, isto é, não chega a ser $= + 1$, no qual caso a ordem dos estados por população corresponderia exatamente à ordem dos mesmos por densidade religiosa (Total de habitantes dividido pelo total de religiosos). Não é isto que se verifica entre nós — como consta da tabela apresentada à página 36 do referido artigo. Assim São Paulo, em primeiro lugar como população, encontra-se em 4.º como proporção de religiosos por habitantes, depois do Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Santa Catarina. O caso mais aberrante é o da Baía, colocado em 3.º lugar do ponto de vista demográfico e em 8.º do ponto de vista da densidade de religiosos.

Para oferecer uma idéia comparativa do que significa esta situação do Brasil fornecemos alguns dados sobre a mesma em diversos países da América Latina. A tabela n.º 1 serve assim como um quadro de referências sobre a situação nos países latino-americanos, na época 1950-1955. (2)

(1) Cfr. Densidade e distribuição dos religiosos. Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil, 1.º de julho de 1955, página 30-43.

(2) Cfr. Gibbons S. J. Basic Ecclesiastical Statistics for Latin America, 1954.

Tabela n.º 1

Efetivos demográficos e densidade religiosa nos principais países Latino-Americanos (1950)

Países	População	Religiosos	N.º de habitantes para um religioso
Argentina	15.893.827	19.680	807
Bolívia	2.704.165	1.567	1.725
Chile	5.932.995	6.954	853
Colombia	11.548.172	13.964	826
Equador	3.202.757	3.092	1.035
México	25.791.017	13.838	1.863
Paraguai	1.341.333	578	2.285
Peru	6.207.967	3.623	1.713
Uruguai	1.042.686	2.664	391
Venezuela	5.034.838	2.008	2.507

Do ponto de vista que nos ocupa, da densidade dos religiosos pelo total dos habitantes, só o Paraguai e a Venezuela se encontram em situação mais desfavorável que a nossa. Alguns países, como a Argentina, a Colombia, o Chile, especialmente o Uruguai, se encontram mesmo numa situação muito mais favorável, com respectivamente apenas 807, 853, 826 e 391 habitantes para um religioso.

Mesmo se o coeficiente de correlação positiva é elevado, o fato não exclue que a amplitude de variação das densidades seja grande. Ela oscila com efeito de um religioso para 889 habitantes, situação privilegiada do Rio Grande do Sul, a um religioso para 13.149 habitantes no Piauí. Não é preciso insistir sôbre o fato de quanto estas simples indicações podem servir de pauta para uma orientação sôbre novas fundações.

Estes dois casos extremos oscilam em tórno da média aritmética de 2.144. Mesmo sem perder de vista a contribuição do clero diocesano, esta simples cifra revela a grandeza do trabalho no qual somos chamados a colaborar.

B) — Repartição pelos diversos ramos de atividade

Depois desta vista nacional do problema, passemos a examiná-lo

nas suas particularidades, segundo os diversos ramos de atividade ou ministérios.

Tomando os dados globais das obras de religiosos e religiosas, em 30-11-55, obtemos, para todo o território nacional, as seguintes cifras:

Tabela n.º 2

Repartição das obras de religiosos e religiosas do Brasil segundo o ramo de atividade
(1955)

Obras	Religiosos		Religiosas		Total	
	A	B %	C	D %	E	F %
Paroquias	1.182	60,00	—	—	1.182	17,42
Educacionais	653	33,15	2.990	62,07	3.643	53,68
Sociais	18	0,91	495	10,28	513	7,56
Assistenciais (Saúde)	34	1,73	1.083	22,48	1.117	16,46
Diversas	83	4,21	249	5,17	332	4,48
TOTAL	1.970	100,00	4.817	100,00	6.787	100,00

Fonte: Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil, Janeiro de 1956, página 65

O exame da tabela nos sugere as seguintes considerações:

1: Partindo da análise dos totais (coluna E, F), salta aos olhos a predominância decisiva das obras educacionais, que constituem 53,68% do total das obras dirigidas por Instituições Religiosas.

Do efetivo total das obras de Religiosos (colunas A, B), 33,15% são dedicadas a obras educacionais. Esta cifra, no que tange a obras de Religiosas, atinge 62,07% (colunas C, D). A diferença entre essas duas percentagens se explica pelo fato de que grande número das obras masculinas é constituído por paróquias, 60% ministério fora do âmbito das atribuições femininas.

O total de 3.643 obras dedicadas ao ensino ministrava educação e instrução a 415.102 alunos assim divididos: 87.228 confiados aos cuidados de religiosos, 21,01 %, e 327.884, aos cuidados de religiosas, 78,99%.

Este efetivo global representa uma média de 113 alunos por estabelecimento de ensino.

A juventude que acorre a nossos educandários é compreendida globalmente entre os limites de 5 a 19 anos de idade, sendo que o número dos que se situam fora destes limites já não é estatisticamente significativo. Ora, a população brasileira de 5 a 19 anos era, em 1950, de 18.826.409. Isto significa que a nossa ação educativa atinge apenas, aproximadamente, 2,2% de nossa população estudantil. É evidente que em muitos estabelecimentos de ensino não dirigidos por religiosos, a nossa juventude recebe formação católica. Mas o intuito desta análise estatística é focalizar a ação dos religiosos, não tôda a vida católica do país.

Se tivermos presente a fôrça da expansão demográfica brasileira, poderemos imediatamente dar-nos conta de que será extremamente difícil manter a percentagem de 2,2% que já é de si extremamente baixa. Com efeito, extrapolando a linha de tendência de nossa evolução populacional de 1950 a 1980, verificamos que o Brasil terá então 105 milhões de habitantes, com crescimento anual médio de 1.200.000. É claro que nem tôda esta população que vai surgindo haverá de apresentar-se às portas das escolas pedindo instrução. Infelizmente mesmo, uma alta percentagem fica fora do currículo educacional. Entretanto, é sabido que nossa população entrou numa fase de rápida promoção social, e que a proporção dos que pedem ensino, pedem mestres, pedem escolas é cada ano mais considerável.

Se desviarmos por um momento a atenção da cifra percentual para considerarmos o valor absoluto de 415.102 alunos, vemos imediatamente a importância da obra que temos em mãos. Distribuindo-os pelos 15 anos que constituem um currículo completo, é possível que anualmente lancemos na vida um total aproximado de 27.673 alunos. Como a mais alta percentagem de nossos alunos pertence à burguesia, isto significa praticamente que anualmente realizamos, com nossos alunos, um verdadeiro assalto às universidades, e aos diversos ramos das profissões liberais, da administração e da vida pública em geral. Se uma boa maioria destes alunos saem de nossos colégios imbuídos de espírito cristão, êles constituem um foco perene de renovação da vida católica nacional.

Muitas vêzes interrogamos como é possível que a Igreja continue e floresça entre tanta degenerescência, num clima de corrupção não só dos costumes, mas até da própria consciência individual e coletiva. Talvez uma resposta parcial a esta pergunta se encontre nesta transfusão anual de sangue novo que de nossas instituições escolares é vertida na circulação.

Entretanto, a consideração da dinâmica de nossa evolução demográfica não deixa de ter um aspecto preocupante. As diferenças entre as taxas de natalidade nas diversas camadas sociais se acentuam nitidamente. Enquanto nas classes economicamente fracas e nas populações rurais, ela é ainda muito elevada, da ordem de 47 nascimentos anuais por mil habitantes, nas classes burguesas e nos centros urbanos ela já decaiu ao nível de 25. Ora, o maior de nossos esforços se concentra exatamente nos centros urbanos e entre as classes abastadas.

Com a simples expansão vegetativa da população vai crescer a proporção dos membros das classes trabalhadoras, junto às quais desenvolvemos o menor de nosso potencial de ação educativa. Acontece porém que a evolução social do país vai dando a estas classes uma importância cada vez mais decisiva. Considero este ponto como um dos que merece de nossa parte, uma reflexão especial, e sobre ele voltaremos no fim destas páginas.

2: Outra sugestão que nos faz a análise da tabela n.º 2 é a desproporção da rubrica — obras sociais. Representam apenas 0,91% do total das obras masculinas, e 10,28% das obras femininas, constituindo apenas . . . 7,56% do total global das obras.

Importa porém ver o sentido exato das cifras. Se os religiosos dedicam apenas 0,91% de suas obras a atividades especificamente sociais, o fato é devido em grande parte à alta percentagem que as paróquias ocupam entre nossas obras (60%). Ora, a paróquia não só desenvolve frequentemente obras sociais, como ainda é, muitas vezes, ela mesma um clima social para seus filhos.

C) — Distribuição segundo as unidades da Federação

Examinamos o que poderíamos chamar a «repartição profissional» dos religiosos do Brasil, segundo os diversos ministérios a que se dedicam, e a propósito levantamos duas considerações, relativa a primeira às obras educacionais, e a segunda às obras sociais.

Passamos agora a examinar o que chamaremos de **repartição geográfica** das diversas obras nas diversas regiões do país. Escolhemos como quadro de referência as cinco regiões em que o Brasil é oficialmente dividido, mesmo porque o exame pormenorizado, por unidade da Federação, obrigar-nos-ia a multiplicar a tal ponto as cifras que esta conferência, já tão penosa, tornar-se-ia rigorosamente insuportável.

Tabela n.º 3

Repartição das diversas obras dos religiosos, segundo o tipo de atividade, nas diversas regiões do país

Regiões	Obras		Educa- cionais		Sociais		Assisten- ciais		Diversas	
	Paroquiais									
Norte	83	7,93	134	4,64	30	4,31	36	3,48	31	10,76
Nordeste	100	9,55	371	12,85	109	13,64	88	8,53	20	6,95
Leste	257	24,61	841	29,12	269	38,59	326	31,59	74	25,69
Sul	531	50,75	1421	49,20	272	39,03	569	55,14	147	51,05
Centro-Oeste	75	7,16	121	4,19	17	2,43	13	1,26	16	5,55
Total	1046	100,00	2888	100,00	697	100,00	1032	100,00	288	100,00

Fonte : Anuário dos Religiosos do Brasil, 1955, Seção IV, pág. 144 ss.

O exame desta tabela confirma, na escala regional, as observações feitas antes na escala nacional. Em tôdas as zonas do país, as instituições educacionais levam sempre a preferência em nossas atividades, oscilando entre um mínimo de 42 e um máximo de 54% do total das obras em cada região. (1)

Além disto, a tabela nos permite surpreender uma linha de evolução que nos parece perfeitamente normal na seleção das atividades dos religiosos. Suas obras paroquiais atingem as mais altas percentagens nas regiões onde o clero diocesano é menos numeroso: 26,43% no norte e 30,99% no centro-oeste. Aos religiosos parece assim caber uma missão de pioneiros. Organizados comunitariamente podem com menores dificuldades afrontar os trabalhos pastorais nestas franjas remotas do Reino de Deus, sociologicamente falando, verdadeiras terras de missão. À medida que o clero diocesano se desenvolve, e que as paróquias já se constituem sobre bases mais amplas, como é o caso das regiões do leste e do sul, a presença dos religiosos no apostolado paroquial se reduz a 14,55% no leste, e 18,06% no sul, e um contingente maior de religiosos é libertado

(1) O norte compreende: Guaporé, Acre, Amazonas, Rio Branco, Pará e Amapá; o nordeste compreende: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; o leste: Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal; o sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; o centro-oeste: Mato Grosso e Goiás.

para se ocupar de atividades educacionais, sociais e outras, que no momento são ainda menos acessíveis ao clero diocesano, absorvido pelas suas ocupações pròpriamente pastorais. A evolução, como dizia, me parece normal não porque suponha que o apostolado paroquial seja menos indicado para religiosos, mas porque por ofício, por vocação, por direito canônico, o clero diocesano, tendo à frente o Bispo, a hierarquia enfim, é o responsável pela organização externa do apostolado. São êles, numa palavra, os pastores.

Invertamos agora a perspectiva. Em vez de examinar como o total das obras existentes em cada região se reparte percentualmente pelas diversas atividades, vejamos como o total de cada tipo de atividade se distribui pelas diversas regiões do país. Os números absolutos serão evidentemente os mesmos, só variando os totais e as percentagens.

Tabela n.º 4

Obras	Norte	Nordeste	Leste	Sul	C.-Oeste					
Paroquiais	83	26,43	100	14,54	257	14,55	531	18,03	75	30,99
Educacionais	134	42,67	371	53,92	841	47,59	1421	48,34	121	50,00
Sociais	30	9,56	109	15,85	269	15,22	272	9,25	17	7,02
Assistenciais	36	11,47	88	12,79	326	18,45	569	19,35	13	5,37
Diversas	31	9,17	20	2,90	74	4,19	147	5,00	16	6,62
Totais	314	100,00	688	100,00	1767	100,00	2940	100,00	242	100,00

Fonte: Anuário dos Religiosos do Brasil, 1955, *ibid.*

Dêste novo arranjo dos dados podemos inferir que a região sul tem a parte do leão no conjunto de nossas obras. Lá se concentram quase 50% do total das obras dos religiosos, exatamente 49,41% sôbre 5.951, vindo em segundo lugar o leste, com 29,69%, seguido, em ordem decrescente pelo nordeste, com 11,56%; o norte com 5,28% e enfim o centro-oeste, com 4,06%. Aparecem assim duas correlações negativas de certa significância. Em primeiro lugar o sul, com um potencial demográfico menor que o do leste; absorve um número consideravelmente maior de obras. Em segundo lugar, o total de obras de cada região é inversamente proporcional à área das mesmas: quanto maior é a região tanto menor é o número de obras nela vigentes. É o que nos demonstra a distribuição regional de uma só categoria de atividades, as obras educacionais, toma-

das como amostra. É curioso notar de passagem que é exatamente a região sul a que concentra mais de 80% do total dos imigrantes vindos para o Brasil e de seus descendentes. O fato não é sem significação para o dado que examinamos. Com efeito, os imigrantes provêm em geral de países católicos, com uma secular tradição religiosa, que transformou o nosso sul num verdadeiro viveiro de vocações de todo o país.

Tabela n.º 5

Obras Educacionais de Religiosos segundo as Regiões da Federação (1955)

Regiões	Obras educacionais	População estudantil em %	Área em %	
Norte	134	4,64	3,62	42,05
Nordeste	371	12,85	24,74	11,39
Leste	841	29,12	36,47	14,81
Sul	1421	49,20	31,62	9,69
Centro-Oeste	121	4,19	3,55	22,06
Totais	2.888	100,00	100,00	100,00

Fontes: Para os dados relativos às obras educacionais, cfr.: Anuário dos Religiosos do Brasil, 1955, Seção IV, pág. 145 ss; Para os dados relativos à população estudantil, cfr. Anuário Estatístico do Brasil, 1955, pág. 37. Para os dados relativos às áreas, cfr.: ibid, pág. 5.

II Parte: OS ELEMENTOS DE SOLUÇÃO

Resumindo os dados sugeridos até aqui por um simples levantamento estatístico da situação dos religiosos no Brasil, chegamos às seguintes conclusões globais:

1/ Numa escala nacional, a densidade de religiosos por habitantes é bastante baixa;

2/ Quanto à repartição segundo os diversos ramos de atividade, nota-se uma concentração no setor do ensino, e uma relativa deficiência no setor social;

3/ Quanto à repartição segundo as diversas regiões do país, a concentração beneficia o sul, ficando menos servidas a zona leste, mais populosa, e as outras zonas, mais extensas.

Mesmo com o risco de dizer um truísmo, em última análise, o grande problema é a falta de operários, e a solução radical é aumentar o seu

número, incrementando o movimento de vocações. É um ponto pacífico, e todos dedicam hoje especial atenção ao problema, com resultados promissores.

Entretanto, a solução é a longo termo, e as vocações de hoje entrarão em atividade apostólica quando, pela simples expansão vegetativa de nossa população o campo de trabalho será ainda maior. Assim a verdadeira formulação do remédio é não pròpriamente intensificar o movimento de vocações,, mas intensificá-lo num ritmo superior ao aumento demográfico brasileiro. Isto porém depende de fatôres em grande parte extrínsecos à nossa vontade. É o que nos estimula a excogitar outros elementos de solução de emergência. Êste é o sentido dos três últimos ítems do tema, que me incumbe agora abordar:

A/ — Critério nas novas obras;

B/ — Vinda de religiosos do exterior;

C/ — Novas congregações brasileiras.

Todos êstes ítems sugerem a necessidade de uma racionalização, na aplicação de nosso potencial. Dada a escassez das fôrças, ante a magnitude das exigências, trata-se de examinar como obter a utilização mais eficaz daquelas, em vista de melhor corresponder a estas.

A/ — Critério nas novas obras

Não pretendo aqui sugerir normas para novas obras. É claro que não me assiste para tanto nenhuma competência, e o assunto, por outra parte, exorbitaria de um levantamento estatístico. O sentido do ítem é aproveitar desta visão panorâmica do conjunto, que examinamos na primeira parte, e chamar a atenção para os setores onde se concentram os problemas mais urgentes. Continúo no plano meramente constatativo, sem penetrar no plano normativo.

1 — A grande maioria de nossas obras educacionais é constituída por estabelecimentos de ensino primário e secundário. Ora, pela atual organização do ensino no Brasil, os ginásios e colégios particulares são obrigados a impor mensalidades relativamente altas. O fato constitui uma espécie de mecanismo automático de seleção que orienta para nossas mãos os elementos da burguesia, os únicos capazes de poder arcar com as despesas. A alta porcentagem de alunos que gozam de gratuidades parciais ou totais (1) atenua em parte êste fator de seleção, abrindo as

(1) Cfr. Servir, Boletim da A.E.C. do Brasil, ano VI, dezembro de 1955, pág. 40.

portas de nossos colégios também a um grande número de filhos de famílias menos favorecidas pela fortuna. Entretanto, mesmo estes pertencem geralmente à classe média.

Nunca daremos importância bastante a este fato de enormes repercussões, não só no plano social como também no plano religioso e mais precisamente, vocacional. É um fato, observado em muitos países que a grande fonte de vocações numa sociedade é a classe média. As vocações só aparecem em muito menor proporção nas classes pobres, que não atingiram um nível cultural suficiente para captar o ideal religioso, e nas classes muito ricas, no mundo penetrado de naturalismo pagão. Existe de fato o que poderíamos chamar um condicionamento social da graça da vocação. Uma das razões, creio eu, pela qual o Rio Grande do Sul, é, entre nós, a mais fecunda fonte de vocações reside no fato de ser o estado que possui uma classe média urbana e rural mais numerosa. Razão puramente social, é claro, mas também ponderável. É verdade que o ESPÍRITO sopra onde quer, e nos meios mais humildes pode fazer desabrochar esplêndidas messes vocacionais. Todavia não é este o fato comumente observado. Com esta consideração queria chegar precisamente à seguinte observação: os nossos colégios, constituindo um poderoso fator de promoção social e de consolidação da classe média, são destinados a preparar um futuro promissor para a obra das vocações. Não se trata apenas de vocações saídas imediatamente de nossos colégios. Aquilo para o que chamo a atenção é um fenômeno de mais larga amplitude: preparando e desenvolvendo a classe média, os colégios estão dilatando os campos que melhor propiciam a germinação da graça da vocação. Freqüentemente estudiosos estrangeiros se admiram ante o fato de ter o Brasil um número tão elevado de católicos, mais de 50 milhões, com tão poucas vocações. Nesta admiração vai muitas vezes uma ponta de dúvida sobre a vitalidade e a autenticidade do nosso catolicismo. Se uma das explicações do enigma reside na pequena percentagem de nossas classes médias, os colégios secundários estão preparando lenta mas seguramente a solução do enigma.

A observação sugerida pela alta porcentagem de colégios primários e secundários entre nossas obras educacionais exige entretanto duas reflexões complementares, inspiradas na pequena porcentagem dos que se dedicam ao apostolado diretamente cultural, universitário, de padrão científico.

A eficácia cristianizante dos estabelecimentos de ensino pré-univer-

sitário sofreu um violento impacto com a laicização e o paganismo que invadiram a vida familiar e pública. Num contexto familiar e social profundamente penetrado de cristianismo, como era naquêle em que nasceram muitos dos institutos religiosos de educação, os cursos primários e secundários equipavam os alunos de quase todos os hábitos e conhecimentos religiosos de que precisavam para continuar mais tarde uma vida cristã. Hoje, o contexto social é bem diverso. Saidos do ginásio ou do colégio, nossos alunos sentem-se logo num ambiente que, não só não lhes enseja a complementação de sua vida cristã, mas lhes é muitas vezes francamente hostil, ou ao menos a envolve num clima entorpecente e deletério. O fato parece-me sugerir a necessidade de uma conjugação de esforços, no sentido de poder permitir que o apostolado universitário venha completar a obra encetada no currículo secundário e desempenhar assim a importância decisiva que lhe cabe na formação cultural e cristã das classes médias.

Em segundo lugar, é mister não esquecer que as transformações por que passou a sociedade atingiram profundamente o colégio, como posição estratégica na luta do apostolado. Seu valor estratégico era decisivo numa sociedade como a européia, onde nasceram muitos dos institutos religiosos que trabalham entre nós, sociedade dos quatro últimos séculos governada pela nobreza e mais tarde pela burguesia. Ter em nossos colégios os filhos da nobreza e da burguesia era garantir para a Igreja as fôrças dirigentes das nações. Hoje, parece não haver dúvida que estas fôrças são, por um lado, as elites intelectuais, e por outro, as massas trabalhadoras. Estas são as alas propulsoras que comandam as alavancas da vida social e política. A aplicação dos mesmos princípios de estratégia espiritual, que levou a muitos de nossos fundadores a se dedicarem ao ensino humanístico, nos deveria levar agora às massas e às elites intelectuais.

Creio assim, salvo melhor juízo, que os institutos de ensino pré-universitário conservam muito embora sua significação e seu valor de obra apostólica, como campo de recrutamento de nossas fileiras pela promoção das classes médias e como segmento de um processo que deve ser continuado pela formação universitária. Seria sumamente imprudente perder a posição preponderante que temos no Brasil no setor da educação pré-universitária. Contudo, por outro lado, principalmente no que concerne à criação de novas obras e novas fundações, parece urgente que se tenham presentes as novas condições que a atual estrutura social criou

para o que chamamos a estratégia apostólica, e a importância decisiva que nela adquiriram as forças trabalhadoras e as elites intelectuais.

2/ — A pequena porcentagem das obras sociais merece a seguir uma reflexão mais detida. Por um lado, vemos 53,68% de nossas obras dedicadas à educação e à instrução, digamos, votadas à formação do coração e da inteligência. Por outro lado, temos 16,46% dedicadas à assistência ao corpo, obras assistenciais e caritativas. Tôdas portanto endereçadas diretamente ao indivíduo, enquanto que somente 7,56% endereçadas mais diretamente à sociedade, ao meio social onde vivem êstes indivíduos. A mesma impressão se confirma quando, passando do exame das obras, atentamos ao total das pessoas ocupadas nestas obras. É o que se evidencia da tabela seguinte:

Tabela n.º 6

Religiosos distribuidos segundo os diversos ministérios

Obras	Religiosos		Religiosas		Totais	
Paroquiais	2.524	22,54	—	—	2.524	6,34
Educacionais	4.487	40,06	12.743	44,56	17.230	43,29
Sociais	196	1,75	2.865	10,02	3.061	7,69
Assistenciais	13	0,10	7.670	26,81	7.693	19,30
Diversas	3.982	35,55	5.525	18,61	9.307	23,38
Totais	11.202	100,00	28.603	100,00	39.805	100,00

Fonte: Dados fornecidos pelo departamento de estatística da Conferência dos Religiosos do Brasil.

Ora, é certo que muitas vezes os males, tanto de espírito como do corpo, resultam de más condições sociais, de estruturas sociais iníquas, tantas vezes denunciadas pelos Sumos Pontífices, especialmente por Leão XIII, Pio XI e Pio XII. Procuramos sanar as almas e os corpos, mas ainda não pudemos voltar bastante nossas atenções para o saneamento do meio social que corrompe as almas e não dá aos corpos os meios justos de sua preservação ou recuperação. É claro, que o primeiro meio de reforma social é a reforma dos indivíduos. Enquanto os estamos formando cristãmente, fazemos obra social, e mantemos ativo o fermento da perene renovação da sociedade. Todavia, não nos podemos esquecer

da recomendação insistente de Pio XII, que além da ação individual, existe ainda uma ação especificamente social, ação sobre o meio como tal, indispensável também ela para a desejada restauração da sociedade, segundo os princípios cristãos. E é precisamente neste setor que nossa ausência se faz mais sentir. Ausência tanto mais grave quanto é menos complementada pela ação do clero diocesano, absorvido, por missão hierárquica, com os trabalhos propriamente pastorais.

Esta ausência relativa reveste especial gravidade na conjuntura social que atravessa atualmente a sociedade brasileira. O Brasil entra na fase da grande industrialização, e esta se inaugura, entre nós também, sob o signo do capitalismo liberal. As forças vivas que se apresentam anualmente ao mercado do trabalho trazem já a alma dilatada pelas aspirações nela insufladas pelo progresso social.

Os movimentos internos de população, que ao mesmo tempo propiciam e são provocados pela expansão industrial, conduzem a sociedade brasileira a um momento crítico e inteiramente original de sua evolução. O nosso povo está em vésperas de uma tomada de consciência coletiva, de seus problemas e de suas forças. Sempre houve problemas sociais e econômicos no Brasil. E sempre os homens sofreram de suas incidências muitas vezes inhumanas. Sempre tiveram consciência dos sacrifícios e das privações que lhes impunha a vida. Tratava-se, porém, de uma consciência individual, isolada; hoje estamos diante de uma situação inteiramente nova, para cuja importância insisto em chamar a atenção dos presentes. É o nosso povo, como povo, que toma consciência de sua situação. O momento é de uma ambivalência extremamente grave, podendo evoluir, definitivamente, para a criação de um Brasil coletivista ou de um Brasil novo, plasmado nos princípios da justiça e do amor cristão. Tudo depende de saber quem, neste momento ambíguo, se apresentará a este povo como portador de uma mensagem redentora.

B) — Vinda de religiosos do exterior

A contribuição dos religiosos do estrangeiro no campo do apostolado no Brasil foi e continua a ser muito importante. Não existem ainda estatísticas que permitam indicar exatamente a porcentagem de estrangeiros no total de 39.805 religiosos que trabalham hoje entre nós. A porcentagem é evidentemente maior nas fundações estrangeiras radicadas recentemente no país. Mesmo, porém, nos institutos vindos ao Brasil

de longa data é importante ainda o número de alienígenas. Tomando como amostra uma congregação feminina instalada entre nós em 1849, e sobre um total de 1.773 religiosas, encontramos apenas 69 estrangeiras, isto é, 3,89%, enquanto que se tomarmos como amostra uma congregação masculina instalada no Brasil 46 anos mais tarde, sobre um total de 212 religiosos 80 são ainda estrangeiros ou seja 37,34%.

Numa estimativa muito aproximativa calculamos que um quarto do total dos religiosos que vivem entre nós são estrangeiros, o que em números absolutos se aproximaria da cifra de 10.000. Só Deus conhece e só Deus pode pagar condignamente tudo que devemos a êstes nossos irmãos de outras terras, que numa esplêndida afirmação da maternidade universal da Igreja, vieram dedicar à nossa pátria o melhor de suas forças e de seus talentos.

Entretanto, a questão da vinda dos religiosos do exterior só pode ser justamente apreciada quando verificamos que o ritmo de expansão das vocações brasileiras não consegue ainda acompanhar o ritmo da expansão demográfica do país. Se tomamos como índice de base 1950 = 100, o número total dos jovens religiosos, no período de formação, do postulante à teologia, e o número efetivo total da população no mesmo ano, obtemos a seguinte tabela:

Tabela n.º 7

Evolução dos índices do incremento dos jovens religiosos e da população brasileira

(1950 = 100)

Anos	Religiosos	População
1950	100,00	100,00
1951	124,51	102,39
1952	123,93	104,83
1953	134,99	107,32
1954	—	—
1955	85,30	112,48

Fonte: Para primeira coluna: dados fornecidos pelo Departamento de Estatística da Conferência dos Religiosos do Brasil. Para segunda coluna, Cfr. Anuário Estatístico do Brasil, 1955, pág. 27.

Mesmo descontando eventuais faltas no fornecimento de dados relativos aos religiosos em formação, as duas séries acima nos mostram que enquanto a população cresce com segurança e relativa rapidez, a evolução numérica dos religiosos sofre oscilações violentas e, na sua linha geral de tendência, não chega a manter o mesmo coeficiente diretor que a evolução demográfica.

Sendo assim, é possível que nos encontremos num sério círculo vicioso: aumentando a população mais rapidamente que os religiosos, o número de habitantes por religiosos será cada vez maior, ou não será sensivelmente modificado nos próximos anos. Nesta hipótese, se uma das causas da insuficiência de vocações é a falta de obreiros para cultivá-las, é a ignorância religiosa, é o baixo nível de evolução humana de grande porcentagem de nossa população, caímos nesta espiral: poucos religiosos, muita ignorância religiosa; muita ignorância religiosa, poucas vocações; poucas vocações, poucos religiosos. Está assim fechado o circuito.

Neste contexto vemos imediatamente o valor da vinda de religiosos estrangeiros como refôrço para nos permitir romper o círculo em que estamos envolvidos. Não se trata para nós de contarmos com as tropas auxiliares do exterior e cruzarmos os braços. Trata-se de obter agora um reforço com o qual possamos inverter o processo cumulativo acima mencionado, no sentido de mais religiosos, menos ignorância religiosa, menos ignorância religiosa, mais vocações; mais vocações, mais religiosos. A vinda de religiosos do exterior assim, no momento, se formula para nós em termos de urgência, tanto mais quanto do exterior continuam a nos vir imigrantes aos milhares (em 1950 — 35.492; em 1951 — 62.594; em 1952 — 84.720; em 1953 — 80.070; em 1954 — 72.248; em 1955 — 55.166), entre os quais a porcentagem de religiosos é quase insignificante.

C) — Novas congregações brasileiras

Segundo as últimas indicações do Departamento de Estatística, existem no Brasil 207 instituições religiosas femininas, das quais 48 são fundações brasileiras e 77 instituições religiosas masculinas, das quais duas apenas brasileiras.

Tôdas as fundações brasileiras, exceto uma congregação feminina, nasceram a partir de 1900.

Sôbre o total das 50 congregações brasileiras, 35 incluem entre suas finalidades a educação primária e secundária, 16 a enfermagem, 22 a

assistência social, duas se dedicam especialmente ao apostolado da imprensa, e duas se especializam no apostolado rural.

Aproximando estas indicações dos dados estatísticos expostos na primeira parte, permitimo-nos chamar a atenção para as duas observações seguintes:

1 — Necessidade de socorrer as regiões mais extensas e mais pobres, que começam a partir de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. É curioso notar uma simples coincidência: a densidade religiosa é menor exatamente nos estados da Federação de onde é maior o êxodo em direção aos estados mais ricos do Sul. São zonas desprovidas dos mais elementares serviços de assistência, e esta pobreza é um dos fatores determinantes do fenômeno de graves consequências nacionais das migrações internas. No início de 1955 chegavam diariamente à hospedaria de Imigrantes de São Paulo aproximadamente 1.000 nordestinos. Estas massas humanas não se arriscam à aventura da migração pela simples sedução dos atrativos citadinos, ou pela ambição de melhores níveis de salário. Emigram porque a vida se lhes foi tornando literalmente insuportável, e que se foi formando uma consciência coletiva da situação. Com um mínimo de possibilidades vitais, estas populações revelam um alto índice de fixação ao solo, que elas amam com uma intensidade talvez não atingida em nenhuma outra região do Brasil.

Se devemos pensar nossos problemas em termos nacionais, é evidente que a assistência religiosa, social, educacional e humana a estas populações constitui um problema que merece tôdas as atenções dos responsáveis. A nossa colaboração neste setor viria inserir-se no vasto plano de recuperação do norte e nordeste no qual está envolvida a nossa hierarquia.

2 — Enfim, uma referência especial merece a rubrica que em nossas tabelas vem sob o título de obras diversas. Entram aí atividades que transcendem as outras rubricas, como seja — o apostolado da imprensa. É este um setor ao qual dedicamos ainda uma porcentagem pequena de nossos efetivos. Ora, não podemos esquecer a importância enorme da opinião pública, que na vida moderna atua decisivamente sobre o plano político, legislativo, social e econômico. Organizações numéricamente muito inferiores ao contingente de religiosos do Brasil souberam já ocupar posições chaves, das quais martelam continuamente a consciência das massas e as arrastam para as aventuras mais perigosas.

Despendemos um potencial enorme de nossas energias na formação dos indivíduos, que uma vez adultos são envolvidos por uma atmosfera

ideológica densa de pensamentos heterodoxos e subversivos. Não de raro, em pouco tempo de vida respirando êste ar, corrompe-se o resultado de longos anos de nossos trabalhos. Sem órgãos poderosos de ação sôbre a opinião pública, não dispomos de instrumentos para orientá-la, para fazer ouvir a voz da Igreja nos grandes problemas nacionais.

Pensem um momento na formidável fôrça social que constitui uma só agência de notícia, que filtra as informações ou as deturpa em função de critérios ideológicos, e pode manter as massas na ignorância do que deveria saber, ou as alertar para problemas para cujo conhecimento estão absolutamente imaturas.

No entanto, quero crer que com um pequeno esforço de colaboração, dada a rêde considerável de obras que mantemos em todo o território nacional, teríamos os elementos para uma poderosa e sadia influência sôbre a opinião pública. No terreno da imprensa, nossas fôrças se dispersam numa verdadeira pulverização de publicações cujo restrito raio de ação atinge muitas vezes os menos necessitados. Nos outros setores de ação para a formação da opinião pública — cinema, rádio, teatro e televisão, estamos praticamente ausentes.

Não sei como poderemos lançar mão dêstes meios modernos de apostoiado. Uma coisa sei: o Espírito sopra onde quer. Quando um dia a Igreja foi ameaçada por alfanges, Êle armou de espadas os braços de seus religiosos. Não creio que a espontaneidade, a originalidade do Espírito de Deus não seja capaz, hoje, quando a Igreja é ameaçada por rotativas e microfones, de equipar seus religiosos de meios adequados de defesa, perfeitamente em dia com técnica moderna.



A INTEGRAÇÃO DO INDIGENA NA CIVILIZAÇÃO CRISTÃ

Pes. Antonio Lukesch e Carlos Lukesch C.PP.S.

Baseia-se esta exposição em experiências colhidas em uma tribo do Brasil. As observações e os métodos indicados na catequese, que deveriam ser experimentados e desenvolvidos, foram precedidos de longos estudos, não só teológicos, mas também etnológicos, linguísticos, etnográficos, no campo científico social.

Falaremos aqui, de modo imediato, sobre a vida em uma missão, em seu início, nos tempos modernos, e tiraremos depois as conclusões.

A exposição pretende demonstrar o nosso método, fundamentá-lo e evitar qualquer crítica daqueles que já se esforçaram, teórica e praticamente, na solução do problema de tribos selvagens ainda existentes, que vivem neste gigantesco País, longe da civilização. A exposição, objetiva, franca, leal, feita pelo próprio ponto de vista, afastará preconceitos e obterá melhor compreensão.

Avançando sempre mais a civilização para as regiões ainda habitadas pelas tribos indígenas, é impossível que o índio se mantenha dela afastado, sem nenhum contacto com ela. É isto hoje um fato inegável. Assim, o fim de nosso trabalho é propor como deve ser feita a integração do índio na civilização cristã.

Este problema nos toca muito de perto, já que de nós missionários depende a sorte reservada a estes povos, outrora senhores do país. «Deus omnes homines vult salvos fieri» (I Tim., 2,4). Se o trabalho conseguir apontar alguns meios para solucionar este problema, terá alcançado seu fim.

ASPECTOS DA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E ÉTNICA

Nossas observações, tomadas como ponto de partida, foram feitas entre uma tribo GÊ, dos caiapós do norte. Começamos a missão em duas aldeias ao longo das caatingas, ao sul do Pará. Uma destas aldeias, chamada GOROTIRE, fica às margens do rio Fresco, afluente do grande Xingú, e já tinha entrado em contacto com a civilização quando lá che-

gamos: o mesmo não se dava com a outra aldeia, a dos KUBEN KRANKEIN. Em ambas as aldeias os índios conservam até hoje a antiga vida tribal. O fato de os habitantes de uma das aldeias já terem contacto mais intensivo com a civilização, dá ao nosso tema possibilidade de uma rica elucidação comparativa.

Muitas vezes êstes índios «CAIAPÓ» abandonam suas aldeias durante meses inteiros, levando consigo mulheres e filhos, mas voltam depois. Alimentam-se da caça, da pesca, bem como de frutas do mato e de mel silvestre. Cultivam também a terra.

De acôrdo com o sistema econômico que também influi fortemente sôbre a cultura espiritual, os etnólogos costumam dividir as épocas de cultura a que pertencem os indígenas. Sendo assim, devemos classificar os nossos índios como agricultores. Podemos mesmo dizer que, provavelmente tôdas as tribos indígenas que habitam as florestas do Brasil, ao lado da caça e da pesca também se dedicam ao amanho da terra. A semelhantes culturas correspondem idênticos modos de vida de cada homem. Talvez as experiências feitas entre os CAIAPÓ valham também para as demais tribos.

Os habitantes das povoações cristãs vizinhas são muitas vezes chamados na Etnologia «neobrasileiros». Esta denominação pode ser considerada muito feliz, porque a denominação comum de «brancos» não corresponde à verdade, devido à mistura das raças dos colonos principalmente com o sangue dos índios. Geralmente os «neobrasileiros» vivem em povoações isoladas, à margem da mata virgem ou nas caatingas, quer como agricultores, criadores de gado, ou, em nosso caso, como seringueiros, etc. Não só biològicamente mas também no seu modo de viver e em sua mentalidade têm semelhanças muito acentuadas com os índios.

Êste povo que vive nas fronteiras de nossa civilização bem merece nossa consideração especial.

OS HOMENS

Deixando de lado o aspecto biològico do quadro de nosso breve relatório vamos tentar sòmente indicar alguns traços da personalidade do brasileiro indígena.

Há dois êrros que poderiam ser fatais ao nosso problema a respeito das tribos indígenas hoje existentes. Um se refere à doutrina de Jean Jacques Rousseau, hoje rejeitada pela ciência. Diz êle que os homens afastados da civilização são puros filhos da natureza.

Não molestados pelas cadeias de escravatura das nossas leis, costumes, religião e moral, são muito mais felizes do que nós.

Outro erro tem sua expressão característica no que dizem deles, os «neobrasileiros»: «O índio é bicho do mato! Jamais se amansará».

O índio é um homem como nós, homem com suas virtudes e seus vícios. É verdade que, entre eles, há costumes para nós incompreensíveis. Podemos aqui citar por exemplo, as diversas feitiçarias da caça, magias do pagé, determinações de Tabu, etc., que existem entre tôdas as tribos. Procuram explicar, na ciência, estas coisas com a doutrina de Levy Bruhl, explorador francês, pela qual os «primitivos», como denomina êle os aborígenes, têm outro modo de pensar, têm um pensamento pré-lógico. Como muitos dos seus atos cotidianos nos parecem inteiramente lógicos, assim também muitos de seus costumes e atitudes, tão insólitos e incompreensíveis para nós, se apresentam perfeitamente lógicos desde que se tem em vista seu desenvolvimento religioso-mitológico e cultural.

Seu modo de proceder depende de sua «filosofia», de sua «Weltanschauung». Por isso seus atos não deixam de ser lógicos ou ao menos foram outrora lógicos embora eles hoje não saibam sua origem, o que aliás não deve causar estranheza visto que, também entre nós, certos atos tornaram-se tradicionais, desconhecendo nós sua origem.

Hoje, também a ciência defende fortemente êste ponto de vista. Um de seus representantes de fama mundial, Pe. Guilherme Koopers, sacerdote da Congregação do Verbo Divino, professor de Etnologia da Universidade de Viena escreveu há tempo: «Depois que Levy Bruhl retratou sua doutrina do estado pré ou alógico entre os assim chamados primitivos, também as ciências vizinhas começaram a distanciar-se dessa doutrina».

Quanto ao que diz respeito às atividades intelectuais, os índios não se acham menos dotados que nós.

Nas duas aldeias em que trabalhamos, pudemos verificar uma brilhante concepção que possui a criança.

Também apreciamos uma admirável capacidade de observação entre os índios, qualidade em que até nos podem sobrepujar. (Guilherme Koppers, *Etnologie und Geschichte... (Bemerkungen zu E. W. Muchlmann Anthropos 50, 1955 p. 943)*).

De fato é difícil de se compreender que muitos tenham os indígenas como amorais, além da moral ou mesmo sem moral.

Fazem claramente uma distinção entre o bem e o mal. Chamam os

homens de nossa tribo o bem «MET» ou «METIRE», e o mal, «PUNURE» ou ainda, o abominável, condenável, «ATYUERE».

Vendo sem preconceitos seu modo de proceder nota-se que há moralidade, embora confusa, a respeito de algumas leis éticas. Os delitos e erros condenáveis entre eles são: assassínios, roubos e furtos, raptos de mulheres e sedução, calúnia, maledicência e principalmente fazer o mal por meio de feitiços. Têm eles determinados castigos para crimes, impostos pelo cacique, e a vingança a que os parentes se vêm obrigados nada mais é do que a execução de um castigo em uma sociedade primitiva.

Os índios possuem também cerimônias para o casamento. O número de impedimentos para o casamento é muito maior que o nosso. São impedimentos provenientes de parentesco e outros laços de comunidade. Podemos classificar a nossa tribo como quase monogâmica. Mesmo vivendo com diversas mulheres, o índio considera uma só delas como legítima e verdadeira esposa: «PRON».

O divórcio e novo casamento são tolerados. O cacique faz questão de que vivam com uma só mulher. As relações extremamente complicadas entre a parentela e outras relações de comunidade entre a família e a tribo são de grande importância entre todos os povos indígenas. Também estão sob um sistema governamental, que em nosso caso não abrange toda a tribo, porém, somente a aldeia, a que denominam «KRIMET». À frente, como em muitas tribos, estão dois caciques eleitos «BENADYORE», cada um com sua comitiva, mas trabalhando em colaboração na chefia do governo. Poderíamos denominar este sistema de governo uma monarquia eletiva ou dualista. Sem dúvida devemos ao célebre e imortal etnólogo, Pe. Guilherme Schmidt, da Congregação do Verbo Divino, o mérito de ter dirigido as vistas da ciência para a importância da religião entre os povos indígenas. Está claro quanto isso nos interessa. Cumpre-nos, nesse sentido principalmente, evitar formar levianamente juízos e acreditar em coisas que de fato não existem.

Na maioria dos casos, é bem diferente do nosso o seu modo de expressar a sua religião, isto é, o seu culto. Suas danças, festas e ações quase todas são culto religioso ou mitos: uma apresentação litúrgica de sua crença na ordem do mundo ou em sua relação com a divindade.

Podemos ainda acrescentar surpreendentes tendências características entre os índios, como tivemos oportunidade de verificar, mas que também, em geral podem ser encontradas entre todos os indígenas e que para a nossa tese são de grande importância.

Certa hostilidade contra os estranhos que se dirige, não só contra os civilizados e índios de outras tribos, mas também contra os da mesma tribo que não pertencem à mesma aldeia. Desconfiam de tudo o que lhes é estranho. Sua ironia (sarcasmo) unida a um admirável dom de imitação, que se pode tornar mesmo perigosa na maioria dos casos é motivada por esta inimizade, hostilidade, e que significa também, como muitas vezes já foi acentuado na ciência, uma espécie de encorajamento de si próprio. (Theodoro Koch — Gruenberg: Mitos e lendas dos índios TAULIPANG e ĀREMUNĀ — Revista Museu Paulista, N.S. Vol. VII).

Também encontramos entre eles certa crueldade que, porém, sem dúvida, não é fim próprio mas um rito fundado em manifestações religiosas. Seu ideal é certa selvageria que denominam «DYOKÊRE», mas inclui algumas virtudes varonís: violência e fidelidade para com a tribo e a família. Entre eles encontramos ainda exemplos edificantes do amor paterno, filial e conjugal.

Os índios são homens como nós; o que há de diferente entre eles e nós, o que deles nos afasta, separa, é, de um lado, um desenvolvimento milenar cultural, do outro, o poder observantista do paganismo. Ouçamos ainda nesse particular a voz da Ciência: «O célebre etnólogo Herbert Baldus, a quem devemos uma coleção das mais belas lendas de tôdas as tribos, que refletem a alma do indígena brasileiro, pergunta, na introdução desta obra: Que é, porém, o «eternamente humano» nestas narrações? Que são nelas os traços psíquicos universalmente difundidos? E o sábio encontra a resposta desejada: «São a coexistência do bem e do mal... que não deixam de se unir e viver, um ao lado do outro, no íntimo de tôdas as épocas e de todos os países». E êle exemplifica isto assim: «Na lenda **Pareci**, a moça é enterrada viva; na lenda **Taulipang**, a mulher corta traiçoeiramente a perna do marido; na lenda **Vapidiana**, o urubu-rei arranca os olhos do genro. Por outro lado, quanta bondade mostra a moça que se casa com o pobre velhinho da lenda **Carajá**... Quanta abnegação revela a moça **pareci**, pedindo que fôsse enterrada viva a fim de ser útil aos seus e aos outros. E a mulher da lenda **Taulipang**, que se torna ilimitadamente atroz, por preferir um homem a outro, manifesta, no último desespero, o puríssimo amor materno». (Herbert Baldus, *Lendas dos Índios do Brasil* — São Paulo, 1946, p. 7-8).

Este «eternamente humano» do que fala o cientista foi a experiência que diariamente fizemos naquela aldeia de índios pagãos. Alegria sentimos nós ao verificar também que em suas palavras, ações, cantos e histórias,

testemunham o desejo que vive na alma do índio, de superar o mal pelo bem, aspiração de um mundo melhor. Este «eternamente humano» assim apreendido permanece, ao lado da graça divina, a grande esperança para comissão e para a integração do indígena na civilização cristã: «oh testimonium animae naturaliter christianae» (Tertuliano, E.P. 275).

A VINDA DO APÓSTOLO DO CRISTIANISMO E DA CIVILIZAÇÃO

Geralmente o missionário chega à aldeia dos índios vindo do centro da diocese ou prelazia a que pertence, só após ter vencido muitas vezes centenas de léguas, em viagem difícil pelo sertão, através da mata virgem. Durante esta viagem, deve êle levar aos «neo-brasileiros» em suas povoações o conforto da santa religião. É aí que tem início a tarefa civilizadora e espiritual do Missionário.

Desde tempos imemoráveis, reina hostilidade sangrenta entre os «neo-brasileiros» e os índios. Anualmente se dão, nessas localidades, terríveis assaltos e vinganças que, no entanto, são às vezes intencionalmente narradas com exageros. De lá uma luta contínua: seria absurdo e injusto, pelo menos no momento, dar sumariamente a culpa a um ou a outro partido. Ao Missionário compete exterminar êste ódio, procurar estabelecer a compreensão mútua e demonstrar a essa gente que se sua missão tiver êxito, o terror, as aflições existentes entre êles terão fim. É seu dever construir uma ponte para uma vida em comunidade no futuro.

Vindo da última choupana do «neo-brasileiro», o Missionário, após semanas de viagem pela floresta virgem, em meio de privações inimagináveis, inconcebíveis a que êle se sujeita, chega finalmente à aldeia dos índios, onde pretende viver por longo tempo. Nos tempos modernos, nos nossos tempos de civilização, chega o Missionário, como os primeiros dos séculos passados, com o breviário, a cruz, o cálice e os objetos sagrados para a celebração da santa Missa. Traz presentes para os índios e se julga feliz se também possuir alguns cadernos com vocábulos da língua indígena. De fato, o Missionário de nossos tempos chega muito mais pobremente do que nos tempos do Brasil-Colônia. Aquêles traziam consigo imagens artísticas, paramentos pomposos e ricos vieram de uma época de cristianismo florescente e, muitas vezes, grande comitiva. As máquinas fotográficas e os aparelhos de projeção de que o Missionário hodierno dispõe de maneira alguma contrabalançam a força cultural de outrora.

A principal diferença é que o Missionário de antigamente vinha como primeiro representante da civilização, estabelecia o contato com o mundo civilizado, iniciava a integração na civilização cristã e podia continuá-la com suprema autoridade.

O Missionário de nossa época — e isto é uma grande dificuldade — não chega mais com esta primazia. E, mesmo sendo o primeiro a pisar aquêlo solo, não poderá ficar por longo tempo sozinho, devido ao interesse atual de outras pessoas para com o indígena. Antes dêle e a seu lado aparecem outros sobre cujas ações êle não tem influência decisiva.

Mas uma coisa é certa e deve aqui ser acentuada: embora queira dedicar-se somente à sua tarefa propriamente dita, como pregador do Evangelho, deve estar côm conscio de que vem, outrossim, como representante da civilização e se vê responsável pelo seu progresso. Por meio da roupa que usa, pela educação e formação de que goza, pelos presentes que traz para os índios, lhes transmite ao mesmo tempo a civilização. No entanto, com a sua missão primordial de catequizá-los para a fé católica, lhes traz também a base para a civilização cristã. Assim, o Missionário é, simultâneamente, apóstolo do cristianismo e da civilização: «... Omnibus omnia factus sum ut omnes facerem salvos» (I Cor., 9,22).

A LÍNGUA

A língua como meio de compreensão também no sentido mais alto e espiritual entre os homens, tem importância muito grande na realização de nossa tarefa. Quantos sangrentos conflitos seriam evitados, quantas lutas com as tribos, se se entendesse a língua indígena. Quem sabe falar a língua não é mais tido tanto como estranho; o índio dêle se aproxima franca e amavelmente. Ê mesmo impossível penetrar na vida espiritual e cultural de um selvagem, que vive em circunstâncias tão diferentes das nossas, se não falarmos a sua língua. Sem gramática, sem vocabulário, não é tarefa tão fácil. Ainda conseguimos entender-nos com as coisas cotidianas, negócios de cada dia, como talvez: troca de algumas bananas por anzeis. Mas quando começam a fazer-nos narrações, a contar-nos histórias, então vem a dificuldade de os compreender.

A tradução dos textos sagrados que tocam mais de perto todos os problemas do ser humano exige uma profunda penetração e exposição clara de acôrdo com a concepção do indígena. No princípio, é preciso dizer muitas vezes um texto traduzido, que é repetido por um grupo de índios, e verificar sempre novamente a tradução, para ter alguma

certeza de que foi compreendido por êles. As línguas dos primitivos têm poucas palavras e com elas se pode exprimir tudo. Faltam-lhes os termos abstratos e muitas palavras em cuja substituição devem aparecer definições, circunlocuções. Dêste modo, a tradução se torna, para o Missionário, um árduo trabalho teológico filológico. Quando nos instalávamos com nosso grupo na praça da aldeia, rodeados de uma multidão de índios, assim aprendendo a língua, notávamos bem o interêsse que êles tinham em aprender o português. E êste interêsse não data de hoje; na maioria dos casos, entre as tribos, sempre houve um outro índio que sabia um pouco de português, e por isso êle gozava de certa consideração entre os demais da tribo. Pode ser que aprenderam a língua quando se viram prisioneiros de guerra, ou em circunstância semelhante. Por meio de relatórios autênticos, que narram o encontro dos «neo-brasileiros» com grupos de índios da selva, podemos concluir que muitas vezes houve um que falava um pouco de português.

O interêsse que o Missionário demonstra em aprender a língua dos selvagens, desperta, por sua vez, neles um veemente desejo de compreender o português. Aos poucos, metódicamente, se organiza o aprendizado da língua do povo brasileiro, da língua que será também a sua.

È assim que a língua é instrumento para a pregação da boa nova, do Evangelho, e também para a integração dêsse povo na civilização cristã.

O CONVÍVIO

Quando o Missionário chega a alguma aldeia indígena, se vê logo cercado de grande multidão de índios curiosos. Ansiosos por saber o que o estranho trouxe. Se vêm na bagagem objetos atraentes, exigem-nos categoricamente. O Missionário deve permanecer calmo, sempre amável, mas ao mesmo tempo firme. Com a convivência com os indígenas, nota logo que muita coisa que êle julgava ser pura cobiça, na realidade é só curiosidade e prazer em contemplar. Seria imprudência da parte do Missionário repartir, logo de uma vêz, todos os presentes que trouxe. Aí deve mostrar seu tino pedagógico. Nós sempre tínhamos como princípio jamais dar alguma coisa sem receber outra coisa ou trabalho equivalente em troca. Aqui praticamente é necessário resolver o problema dos valores. È uma grande dificuldade ensinar a esses homens de um ambiente diverso, que não conhecem quase o comércio, como combinar as importâncias equivalentes. Podemos ver muitas vezes que o índio em troca de um peixinho, começa a exigir um facão bonito.

É muito importante saber protegê-los contra os logros e enganos, porque isto os esclarecerá, futuramente, contra exigência de preços elevados. Mas, não é fácil êsse trabalho. O melhor resultado tivemos quando lhes explicávamos claramente tudo que devíamos fazer para se obter o referido objeto. Começamos com as construções entre os nossos índios. Primeiramente, com a nossa capela de taipa e, em seguida, com a nossa própria casa. Ajustamos a construção com o cacique. Todos os índios deveriam ajudar no trabalho: homens, mulheres e crianças. Deveria ser a «sua» capela, a «sua» casa, onde muitas vezes deveriam se reunir. Também era preciso que fôsse a casa mais bonita da aldeia, para assim estimulá-los a construir melhor suas próprias casas. Durante o trabalho, tínhamos ocasião de observá-los, de verificar seu modo de proceder. Seria grande injustiça contá-los como preguiçosos. Seu modo irrequieto, inconstante, provem da maneira de viver, de semi-nômades e caçadores. O Missionário que continuamente trabalha entre os índios por exemplo nesta construção pode exercer sôbre êles grande influência. Assim devagar se ajustam ao novo modo de trabalhar necessário do tempo moderno. Observamos durante a construção, seu gosto pela estética e também seu interêsse e zêlo pela obra. Por exemplo: não quiseram deixar a casa, torná-la mais bonita, e as mulheres se prontificaram em buscar de longe, das margens do rio, uma argila branca e fina. Atingimos com a construção nosso objetivo. As visitas que apareciam se mostravam entusiasmadas. «Uma casa grande, uma bela casa, e foram os índios que a construíram! «KIKRE RAIT KIKRE MET MEBEMOKRE NIPET»!

O trabalho exige também seu salário. Procedendo-se assim com justiça e dando-o aos que trabalham, se pode melhor formar sua ética de trabalho. É de grande importância saber o que se deve dar aos índios e estar consciente da responsabilidade da sua integração à civilização. Assim, nós lhes dávamos objetos de que êles sempre necessitam: facão, ferramentas... para os homens: calças curtas; antes de tudo, para todos, colares de contas e coisas semelhantes, com que se alegravam homens, mulheres e crianças. Por ocasião da festa seguinte, de dansas na aldeia, seus ornatos estavam ainda enfeitados com as nossas contas na mais bela combinação das côres.

Também não se deve ser muito escrupuloso e julgar que com tais presentes logo se realiza uma completa transformação em sua vida, transformação que lhes seja prejudicial, porque a maioria dêesses objetos, por exemplo as ferramentas, machados, facões e semelhantes, já os

possuíam há muito tempo os nossos índios. Mas, na maioria das vezes, é o desejo de os possuir que os leva a fazer os assaltos e roubos entre os neo-brasileiros.

No mesmo grau de melhoramento e corroboração de sua vida econômica, é justo que, para o futuro, sejam instruídos no modo de plantar, ao lado das lavouras já existentes entre eles, também outras coisas, como por exemplo, arroz, feijão, banana, etc., de acordo com as condições agrárias da região. Em todas as épocas, os Missionários católicos trabalharam entre os indígenas conscientemente, como portadores da cultura e da civilização. E desde o primeiro de maio de 1500, quando Frei Henrique de Coimbra celebrou a primeira Missa nesta terra da Santa Cruz, rodeado de índios, escreveu, assim, com letras de ouro, a história gloriosa das Ordens e Congregações religiosas em sua missão católica e civilizadora entre os índios do Brasil.

É natural que o Missionário tenha suficientes conhecimentos de medicina e traga consigo boa farmácia, e também cuide dos doentes e necessitados da aldeia, pois isso os indígenas dêle esperam. Onde poderá a «caritas» ser melhor demonstrada do que no trato dos doentes? Entretanto, isso não deixa de ter sua dificuldade: quando o doente piora, facilmente culpam o estranho de feiticeiro. Se, porém, melhora, encontra, muitas vezes, provas de gratidão comovente.

Os índios apreciam imensamente quadros, gravuras, pinturas, principalmente os que representam regiões dêles conhecidas, como: índios de outra tribo, animais e plantas. Nós costumamos apresentar-lhes pinturas religiosas, projeções sobre o Brasil, etc., muito especialmente vistas da povoação agrícola que lhes fica mais perto. Interessam-se muito pelos quadros de pessoas cultivando o campo, pelos de colheitas, pelos seringais e outros motivos. Aproveitamos a ocasião para lhes falar sobre a vida dos neo-brasileiros. Cabe à missão o dever de trabalhar para que se extinga a antiga inimizade existente entre eles e aplainar o caminho para uma vida pacífica, em comum. Em muitos postos do S. I. (Serviço de Proteção aos Índios), moram alguns neobrasileiros, às vezes, como empregados, aí se estabelecendo com sua família. Vivem em boa harmonia com os índios.

A música é por eles muito apreciada e cantam com prazer e alegria. Tocamos os discos de cantos religiosos que os neobrasileiros já cantam em suas igrejas, também as modinhas populares. Interessante para notar como apreciam o Hino Nacional, que querem ouvir sempre novamente.

Quando fazem festas, não se esquecem de convidar o Missionário. — Muito necessário para a realização de sua tarefa é a confiança que o Missionário deve inspirar aos índios. Deve ser tido como um dos seus, como um de seu meio. Era grande, portanto, a nossa alegria, quando repetiam: «MEBEMOKRÊ KUNI KABÊN UAIANGÁRE INHÓ UBIKWÁ». Os índios dizem todos: Os padres = UAIANGÁRE, são nossos parentes.

O MISTÉRIO

Há mais de 20 anos, o heróico e grande missionário dos índios, o inesquecível dominicano Bispo de Araguaia, Dom Sebastião Thomas, penetrava até o coração da mata virgem e teve o primeiro contato com um grupo de nossa tribo. Os índios o chamavam de «UAIANGARE». Fazia-lhes presentes, e até hoje vive em sua memória. Recebemos o mesmo nome, quando chegamos pela primeira vez à aldeia. UAIANGARE é a denominação dada ao Pagé. O Pagé, cujo prestígio entre as diversas tribos é diverso, é sempre considerado como homem que mantenha relações com os espíritos e deve travar luta contra os maus, etc., sabe curar, mesmo que por meio de feitiçaria. — Há, pois, certa semelhança com o nosso sacerdócio, pois o Pagé é o homem que se faz de mediador entre poderes sobrenaturais e a criatura. De bom grado aceitamos este título honorífico, aproveitando dele para o nosso fim, conseguindo assim prestígio, respeito, que tem o Pagé. Para eles o estranho é um pagé mais poderoso ainda. Foi assim que, mais tarde, espontaneamente, começaram a chamar-nos de «DYUNA» (= cognome honorífico), pai, no sentido de criador. A capela por eles construída foi por eles chamada de «MEKARON NURUKUÁ», literalmente traduzido — morada, residência do Espírito — «MEKARON» é a expressão usada para a alma e para toda espécie de espíritos. Sentem verdadeiro terror destes últimos. Permitimos esta denominação para a casa de Deus, Deus também é um espírito e devemos temê-lo. Naturalmente, não deixamos de lhes explicar que casa era essa, MEKARON NURUKUÁ. Tais semelhanças devemos saber aproveitar para atingir nosso fim. Com o tempo, a mudança da expressão ou idéia se faz por si mesma. Sempre que compreendíamos alguma coisa, não deixávamos de pedir a opinião aos dois caciques, os quais gozam da autoridade e respeito dos súditos. O conceito de autoridade, respeito, consideração, constitui uma base também para o cristianismo.

Valores dados devem ser substituídos por novos e nestes absorver-se. É necessário construir sobre fatos de sua tradição cultural já existentes ou, como são cientificamente chamados, imperativos culturais derivados e sobre as instituições dos selvagens. «Cum enim gratia non tollat naturam sed perficiat...» (S. Thomas, S. Th. I, 1, 8 ad 2).

Substituir semelhança por semelhança, ligar fatos culturais e substituições, é necessário para uma feliz integração do indígena na civilização cristã.

Aí se manifesta o segredo do grandioso êxito dos jesuítas no Brasil, no campo missionário, reconhecido hoje pela Ciência. Assim o célebre etnologo francês Alfred Métraux. (Alfred Métraux, «Les Caractères de la congruence jésuitique. Acta Americana, Vol. I. México, 1943, pp. 69-82).

Para descobrir essa semelhança, o Missionário precisa esforçar-se muito. Assim, por exemplo, deve ser ouvinte zeloso, quando os índios contam os mitos e lendas de seu povo, onde se reflete ao vivo sua vida psíquica e compreensão religiosa. No tocante às danças, cantos e festas, representam um rito de sua religião, isto é, religião pagã. Muitas dessas coisas, com o correr dos tempos, com o desenvolvimento, desaparecem por si mesmas. Atualmente, os próprios índios às vezes não compreendem mais o sentido destas ações. Se lhes interrogássemos o motivo, diriam simplesmente «foi sempre assim», ou apresentariam, na realidade um pseudo-motivo. A ciência fala aqui das assim denominadas «Survivals», segundo Tylor.

No folclore do povo cristão brasileiro ainda existem muitas e muitas coisas que são verdadeira herança espiritual dos índios e continuarão enriquecendo-o. Que o Missionário não vá contra êsse desenvolvimento: pelo contrário, acolha-o.

Quanto ao que diz respeito às solenidades religiosas organizadas pelo Missionário, a experiência nos ensinou que a Disciplina do Arcano que o Cristianismo primitivo aplicou em relação aos pagãos tinha razão de ser.

A época do atual movimento litúrgico se inclina cada vez mais para tirar o véu do santuário; isto, porém, poderia levar à destruição do respeito, principalmente entre os selvagens, quando constitui verdadeira base da religião e até poderia prejudicar nossa tarefa, torná-la mesmo impossível. Às vezes, é até prejudicial deixá-los assistir freqüentemente ao culto divino.

O Crucifixo, a imagem da padroeira do Brasil Senhora Aparecida, o

cálice dourado, os paramentos, a própria liturgia causam profunda impressão no indígena. Procuramos tornar tudo bem intuitivo, como o exige a capacidade de concentração do homem que vive na mata virgem. Seguimos o exemplo dos antigos missionários dos tempos coloniais. Organizamos o culto divino exterior com orações, incenso, música sacra de discos e cantos. O Padre costuma apresentar as verdades fundamentais da fé durante os sermões, de modo compreensível, de acordo com a mentalidade de seus ouvintes, mostrando-lhes, ao mesmo tempo, quadros, gravuras adequadas ao assunto, tornando, deste modo, suas explicações mais compreensíveis.

Excluídos os batizados em caso urgente, procuramos sempre tornar as suas cerimônias muito solenes, com ornatos e velas acesas no altar, música, cantos, interrogatórios na sua língua. Preso à batina, trazíamos sempre um belo crucifixo dourado. Os índios perguntavam então o que era aquilo e o que significava. Mais tarde, quando nos inclinávamos para as crianças verem melhor, já sabiam dizer: «êste aqui é Cristo, o Filho de Deus que morreu na cruz. Subiu depois ao céu e agora mora lá».

PREVISÃO DO FUTURO

A vida dos índios do Brasil é cheia de privações, como bem pode afirmar quem com eles viveu durante mais espaço de tempo. É por isso que procuram, por si mesmos, fugir destas matas e caatingas. O que mais os prende a êsses lugares é o medo que têm dos colonos brasileiros. Aproximam-se, porque desejam as suas armas e ferramentas, farinha, e ainda porque esperam melhorar sua situação, seu modo de viver. Mas, de outro lado a civilização vai cada vez mais penetrando no interior dessas regiões em que se encontram as tribos pagãs. O desenvolvimento é irresistível. A tentativa de se conservarem os índios como peça de museu, relíquia do passado, seria não só ridícula, mas também indigna do tratamento a que têm direito homens livres. Além disso, seria praticamente impossível um isolamento, o levantamento de um dique entre eles e a civilização. É o que hoje a ciência também atesta. Escreve o ilustre e célebre catedrático de Etnologia de São Paulo, Professor Egon Schaden: «Seria irrisório querer transformar pessoas humanas em objeto de museu... não existe poder no mundo capaz de reter o avanço da civilização até aos lugares recônditos da floresta e de assim prevenir a destruição das primitivas condições de vida. Seria tolice negar êste fato...» (Professor Egon Schaden: «As culturas indígenas e a civilização» (Anais

do I Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo, 1955, pp. 189-200).

Mas, também seria inorgânico e abusado querer domiciliar os indígenas como colonos em outras regiões. A solução mais natural seria igualar, nas regiões em que já vivem, o seu modo de viver ao dos colonos do Brasil que lhes ficam mais próximos e logo se daria o contato. Nesta sua Pátria devem os índios ser proprietários de terras. É verdade que não poderão dispor de tanto terreno como até aqui exigia a sua vida tendo a caça um papel tão importante entre eles; mas, possuirão terras, de acordo com o seu novo modo de viver, adaptado às exigências de sua nova condição de vida. São problemas estes que uma política verdadeira e sã de colonização agrária poderia resolver. A transição não é assim questão tão insuperável.

Os neobrasileiros cultivam sua roça mais ou menos como os índios, com a diferença de que, em vez de só plantarem batata doce, tabaco, milho, mandioca, também plantam arroz, café, feijão, etc. Os indígenas como filhos da selva têm muito mais agilidade para certos meios de aquisição, por exemplo, para extrair a borracha, apanhar as castanhas, etc. O Missionário Católico que zela pelo bem estar espiritual dessas povoações de neobrasileiros e ocupa entre eles o cargo de guia, é o mais indicado para servir de mediador neste trabalho.

Quem poderia negar que a civilização do povo brasileiro seja cristã, edificada sobre alicerces da fé católica romana? Eis porque todos os que se interessam nobremente pela solução feliz do problema de nosso tema, reconhecerão a importância e o significado da missão católica. Foi o próprio Marechal Rondon que declarou, certa vez durante sua visita a Conceição do Araguaia: «Em benefício do índio brasileiro prefiro, e de muito, a ação do missionário católico mais apropriada à alma brasileira». (Missões dominicanas. D. Frei Sebastião Thomas, Rio de Janeiro, 1936 pp. 70).

Até mesmo os índios reconhecem este fato instintivamente e chamam a qualquer um que, vindo do mundo civilizado e dêle se aproxima, de «KUBEN», ou se já falam um pouco de português «cristão». E têm razão, porque qualquer um desses, seja neobrasileiro, empregado do Serviço de Proteção aos Índios, ou o professor de Etnologia lhes traz algo da civilização que é cristã. Mas, o que lhes traz propositalmente o fundamento desta civilização é o Missionário Católico. É, portanto, necessário que o Missionário, logo no início do contato do índio com a civilização, dêle se aproxime. Se não o fizer, ou ficar tarde demais, poderá ser que os

Índios aceitem tão somente as coisas exteriores de nossa civilização, sem a base espiritual que a sustenta. Os valores de sua própria cultura espiritual e material seriam destruídos sob tal processo, de modo completamente brutal, sem que, orgânicamente, os valores espirituais de que necessitam para este tempo moderno pudessem entrar em seu lugar. Os índios seriam proletarizados, da maneira mais indigna e certamente arruinados, talvez não só psíquica, mas também fisicamente. Somente quando o missionário vier no tempo preciso (isto é no início do processo civilizador) ficará garantida na medida do possível a permanência de genuínos valores culturais chamada em etnologia sobrevivência.

A pergunta que se faz é a seguinte: «Qual é atualmente a situação do envio de missionários aos índios?» — É isso para nós uma questão de consciência. Devíamos propor, ainda, praticamente, esta outra questão: «em que Posto do Serviço de Proteção aos Índios já trabalha um Missionário Católico?»

Talvez responda o próprio clero a essa objeção alegando a falta de sacerdotes — A isto se dirá: naturalmente seria solução ideal se o missionário pudesse permanecer sempre no meio da tribo; devido, no entanto, à vida ainda meio nômade que levam os indígenas, é também possível, que o missionário não precise ficar o ano inteiro junto a eles, podendo cuidar então das povoações dos neobrasileiros. Mas, ao menos as primeiras permanências do missionário no meio dos índios deviam ser prolongadas para que ele aprenda a sua língua e possa ser tido como um dos seus, possa ser tratado por INHÕ UBIKWA, isto é seu parente. Só então poderá trabalhar entre eles.

O número relativamente diminuto dos índios não deverá ser motivo de desculpas, em se tratando da salvação de almas imortais. «Nonne dimittit nonaginta novem in deserto, et vadit ad illam quae perierat donec inveniat eam?» (Luc. 15, 4).

O povo brasileiro faz grandes sacrifícios com o propósito de dar solução feliz ao problema que reside no fato de viverem ainda neste país gigantesco, homens afastados da nossa civilização.

Devemos fazer em harmonia de intenções perfeitas, tudo quanto é possível realizar para dar solução a tal problema, e oferecer com os nobres intuitos do amor cristão e da fraternidade patriótica, o lugar que cabe aos índios, senhores antigos e filhos desta terra, que se firma no concerto universal das nações como a grande pátria brasileira.

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

APRESENTADO PELO SECRETÁRIO GERAL AO CONGRESSO

Introdução

Sem perder tempo, porque a matéria a relatar é vasta, e o tempo é escasso. Este relatório vem ao plenário tão somente em obediência ao programa do Congresso, o qual por sua vez traduz um preceito do artigo 10.º dos nossos Estatutos. A Conferência é dos Religiosos, os Superiores é que a constituíram, e por isto mesmo têm o direito de saber o que se está fazendo, como, e com que recursos. Esta exposição não é propaganda da Conferência, pois que nunca fizemos publicidade. Para isto não temos verba nem tempo disponível. Nestes dois anos e meio de funcionamento, a CRB não mandou uma circular sequer de propaganda às casas religiosas, nem escreveu um artigo que fôsse no mesmo sentido em sua Revista ou no Anuário. Não comunicamos coisas por fazer, mas habitualmente coisas feitas. Quando nos dirigimos aos Religiosos, é tão somente para pedir sua colaboração para as iniciativas de interesse comum em curso, ou então para lhes informar de vantagens já alcançadas, em virtude da união de nossas forças, e das quais êles devem ter conhecimento, para delas poderem usufruir. Êste o sentido de nossas circulares e das informações de nossa Revista. Não é tão pouco êste relatório propaganda da atual Diretoria. Se temos um desejo, é precisamente o de passar a outros a direção e os encargos da Conferência, para descansarmos um pouco ou voltarmos às atividades próprias de nossas famílias religiosas.

História e objetivos

Vamos omitir os preliminares, ou a pré-história da Conferência, se bem que se encontrem, antes do Primeiro Congresso dos Religiosos, fatos muito interessantes, muita dedicação de algumas famílias religiosas, pioneiras do movimento de atualização e organização. Nem vamos discorrer sobre êstes dois objetivos da CRB. Damos tudo isto por co-

nhecido, e partimos do dia 13 de fevereiro de 1954, daquela tarde de sábado, depois do Te Deum de encerramento do Primeiro Congresso, na capela do Colégio São José dos Irmãos Maristas ou do Colégio de Sion, no Rio de Janeiro. Do Colégio dos Maristas saímos para a pequenina sala da Igreja da Cruz dos Militares, à rua Primeiro de Março, que tinha sido sede da Secretaria do Congresso, e agora era sede da Conferência dos Religiosos do Brasil. Fomos para lá com as máquinas e móveis de escritório, com o mimeógrafo, da antiga Procuradoria Salesiana do Rio de Janeiro, da qual era pessoalmente encarregado pelos meus Superiores e éramos acompanhados por dois rapazes, funcionários da mesma Procuradoria, que desde aquela tarde passavam a ser funcionários da CRB. Na igreja da Cruz dos Militares se reuniu a Diretoria pela primeira vez, à tarde do terceiro sábado de março.

Hoje, apenas a 28 meses de distância, a CRB conta com oito departamentos funcionando, oito serviços, 18 Seções Estaduais em funcionamento, 38 filiais do Serviço de Viagens espalhadas por todo o Brasil, publica mensalmente sua Revista, com uma tiragem de 2.000 exemplares, tem suas responsabilidades e encargos distribuídos por mais de 16 congregações religiosas diferentes, conta com 61 elementos trabalhando no Rio de Janeiro, dos quais 21 na sede Central, de tempo integral, sem contar o pessoal da ativa nas filiais de viagens e nas seções Estaduais, e dispõe, graças a Deus e à cooperação dos Religiosos, de todos os meios e instrumentos de ação necessários para o desenvolvimento de seu programa.

Dois caminhos

Por dois rumos poderia ter a atual Diretoria conduzido a atividade da CRB. Uma primeira orientação levaria a Conferência a situar-se no plano de atividades puramente religiosas, sobrenaturais, ou espirituais: estudos, congressos, semanas de estudos, vocações, vida religiosa, formação dos religiosos, tudo sempre entendido e praticado no plano mais alto dos valores tipicamente religiosos. Nada de atividades complementares, de natureza temporal ou terrena. Uma Conferência preocupada exclusivamente com as almas, e nada de coisas materiais.

Outro rumo seria o de realizar também alguma coisa no setor temporal, terreno, ou material. Não desprezar atividades que, embora secundárias, contudo poderiam também ser úteis aos religiosos. Arranjar descontos em passagens, fazer processos de auxílios e subvenções, junto

aos Ministérios do Governo Federal, retirar bagagens ou mercadorias da Alfândega, prestar assistência jurídica a uma comunidade num caso de demanda trabalhista para mandar embora um empregado indesejável, ou para desalojar um inquilino teimoso, ou para regularizar a situação de herança de um religioso ou religiosa, procurar um caminho para uma província fundar uma casa de formação, e tantas outras coisas pequeninas, materiais, muitas delas até com aspecto de coisas comerciais, miudezas que enchem nossa vida de cada dia.

A Diretoria considerou atentamente estas duas posições da Conferência, e concluiu que «oportet unum facere et alterum non omittere». Realizar uma parte só deste programa seria querer voar com uma asa somente. Fazer uma Conferência unicamente preocupada com valores espirituais, seria criar uma Conferência de Anjos, não de religiosos.

A Conferência mantém um grupo de iniciativas que atualizam e outro grupo das que organizam. Para atualizar, temos os departamentos, a revista, os cursos, as semanas de estudos, os congressos. Para organizar, temos os serviços. A atualização se faz com idéias, com valores imateriais. A organização se faz com coisas concretas, materiais. Um e outro setor deve ser trabalhado pela Conferência, para se realizar uma obra completa.

Acresce ainda que os serviços, de natureza material, ou até com aspecto comercial, não são feitos, na Conferência, por religiosos, mas por leigos, devidamente habilitados e credenciados, que se recomendam pela sua correção e dedicação, hoje identificados com os ideais da nossa organização. Os trabalhos de atualização, os movimentos propriamente de vida religiosa e formação, estes são desenvolvidos por religiosos.

Outra razão se vem juntar às precedentes, se considerarmos que os serviços, atualmente mantidos na Conferência, além de trazer aos religiosos alguma vantagem material, concorrem para estreitar os laços de amizade e de união entre as várias famílias religiosas. Muita caridade fraterna se tem praticado, muitos favores se têm prestado, comunidades que antes não se conheciam, agora se conhecem, através dos serviços da Conferência. Nós os mantemos, portanto, não em vista das vantagens materiais que oferecem, mas sobretudo em função das vantagens mais altas que nos trazem.

Em que proporção, em que intensidade devem ser mantidos estes dois ramos de atividade? Quanto se deve conceder a cada um deles? Confes-

so que não saberia responder a esta pergunta. Isto é uma questão de critério, de bom senso, de senso de oportunidade, de compreensão da realidade. Não é coisa que se possa medir e traduzir em números. Farse-á tanto de departamentos para atualizar e tanto de serviços para organizar, quanto fôr necessário para promover a vida religiosa no seu conjunto. A um observador superficial que visite a Conferência no Rio de Janeiro, pode parecer que se faça muito mais em serviços que em departamentos. O mesmo poderá parecer aos que estudarem a exposição de estatística apresentada a êste Congresso.

Devemos informar, entretanto, aos Congressistas que muita coisa têm feito a Conferência e que não é objeto nem de dissertação dêste Relatório, nem foi esquematizado em gráficos da estatística. E esta muita coisa é exatamente o que se fêz no campo da vida religiosa, pròpriamente dito. Nós tratamos de casos delicados de comunidades religiosas, não como intrometidos, que a Conferência não tem poderes para problemas de ordem interna das congregações; mas chamados para prestar ajuda, o que demonstrava confiança na organização e na discreção dos membros da Diretoria. Com prazer prestamos esta ajuda fraterna, sempre que nos foi possível. Nada disto, porém, vem para êste relatório, nem foi para os quadros estatísticos. A própria natureza dos casos tratados nos impede de falar dêles, em público ou em particular.

Seria êrro, portanto, sinal de pouca ponderação e pouco senso concluir, pelo exame dos serviços mantidos pela Conferência, que ela se tornou uma cooperativa, ou se comercializou, ou coisa parecida. Êrro igual cometeria quem julgasse a Conferência apenas pelos cursos que promove, e pelos casos de vida religiosa que têm tratado. A Conferência tem uma expressão sensível, tem uma fala, tem uma linguagem definida, compreendida e sentida por tôdas as comunidades, e que se formulou na sua Revista. Ora, na capa interna se lê isto: «Órgão da Conferência, a Revista dos Religiosos do Brasil reflete a vida da organização de que é mensageira. Tudo o que interessa à vida religiosa interessa também à nossa Revista. Dos estudos teóricos à pesquisa, do exame de problemas à sua solução, até encaminhamento de novas fundações e novas obras, e informações de serviços úteis às comunidades religiosas». Tudo o que interessa à comunidade religiosa interessa também à Conferência. Desde o custo dos gêneros de primeira necessidade que vão para a dispensa e a cozinha, até assistência espiritual, disciplina e vida religiosa.

A DIRETORIA da Conferência

Eleita pelo Primeiro Congresso, tem trabalhado com esforço, e sempre em conjunto, reunindo-se regularmente todos os meses. A primeira reunião se fêz ainda com o Congresso em funcionamento. A última se fêz aqui em São Paulo, também durante o Congresso. Nenhuma decisão de importância foi tomada por êste ou aquêle membro isoladamente. Nenhum dos membros é figura decorativa. Todos têm trabalhado, e dois dêles, o Tesoureiro e o Conselheiro Padre Capuchinho, cedendo elementos da própria Congregação, que são hoje funcionários da Conferência. Regra geral, sentimos e julgamos em uníssono, identificando-nos com os estatutos, se bem que não falte, de quando em quando, voto vencido, quase sempre motivado pela impetuosidade do Secretário quando toma posição diante de certos problemas ou situações.

Aproveito com satisfação esta oportunidade, para prestar uma homenagem, em meu nome, em nome dos colegas de trabalho na Diretoria, e no de todos os Religiosos, ao nosso Presidente, o Sr. Abade Dom Martinho Mischler, que tão bem conduziu a Conferência nestes três anos incompletos de trabalho, colocando-a na posição em que se encontra, no Brasil e no Exterior. O ritmo de atividade é às vêzes tão intenso no Rio de Janeiro, e é tal a despreocupação nossa por cumprimentos ou praxes sociais, que julgamos supérfluas, que nem sequer nos lembramos de saber o dia de seu aniversário, para o cumprimentar. Reparamos hoje, e lhe rendemos nosso preito de estima e gratidão pelo muito que lhe devemos. Decidiu com acêrto, assumiu com firmeza as responsabilidades da presidência, orientou com prudência, confiou nos seus auxiliares, coordenou e uniu sem absorver nem centralizar, e representou ôtimamente a Conferência dos Religiosos perante a Nunciatura Apostólica e a Conferência dos Bispos, sempre que foi necessário.

O Departamento de Estatística

Foi o primeiro organizado pela CRE, confiado ao Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado, sob a direção de Madre Maria da Conceição Menezes, auxiliada por mais três religiosas Missionárias, de maneira habitual, e eventualmente por funcionárias, religiosas ou civis, necessárias em determinadas ocasiões de maior trabalho. Supervisionado pelo Diretor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, professor Dr. Lourival Câmara, obedece, em sua organização e funcionamento, aos preceitos da técnica moderna. Sua organização e manutenção, incluindo

o custeio dos serviços que já realizou, custaram à Conferência, até o momento, cerca de um milhão de cruzeiros. Está habilitado para qualquer estudo de estatística dos religiosos, e deu prova de sua eficiência com a publicação do Anuário e dos artigos que já apareceram em nossa Revista.

Conta com a colaboração de uma rede de agentes de estatística praticamente estendida por tôdas as circunscrições eclesiásticas do Brasil. Recebe informações de tôdas as províncias e de tôdas as casas religiosas. Inicialmente, eram os religiosos um pouco displicentes ou demorados nestas informações. Hoje, devemos render a todos uma homenagem a que realmente têm direito. Todos informam pontualmente ao Departamento. Nosso maior inimigo, a maior dificuldade, no momento, como aliás também para a organização do Congresso, são as irregularidades e deficiências do nosso Serviço Postal e Telegráfico. Paciência. Não é problema cuja solução dependa de nós. Não publicamos em 1956 novo Anuário dos Religiosos, porque a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil está elaborando o Anuario Eclesiástico do Brasil, que deverá ser editado ainda este ano, em outubro. Mas o Departamento está habilitado a publicar novo Anuário, a qualquer momento, e o fará, sem dúvida, no próximo ano de 1957.

Departamento jurídico

Está funcionando provisoriamente na sede mesma da Conferência. Não contando ainda com um corpo de profissionais exclusivamente dedicado à sua atividade, articulou uma pequena rede de colaboradores, a quem passamos casos que nos chegam às mãos. Inicialmente estávamos limitados a um pequeno setor do Direito Civil, o das pessoas jurídicas de direito particular, que continua sendo o nosso maior volume de trabalho. Desde que pudemos contar com a colaboração do Dr. Fernando Petronilho Caldas, que consideramos advogado-chefe do Departamento, temos resolvido os mais diversos casos: contratos, escrituras, casos trabalhistas, heranças, advocacia comercial, etc.

O maior volume desta assistência jurídica é prestada às comunidades do Distrito Federal. Exame e minutas de estatutos de pessoa jurídica e contratos, é trabalho que se tem feito para o Brasil. É de se desejar que cada seção estadual da Conferência tenha, se não um departamento jurídico, pelo menos advogados honestos, competentes e eficientes.

entes, para orientar os religiosos e mesmo promover-lhes as causas. É um setor em que temos sido servidos muito bem por amigos dedicados de nossas obras; e também um setor em que temos sido desservidos e explorados tristemente por profissionais inidôneos. Perdemos muito dinheiro e muitas causas por falta de assistência de um bom advogado. Pensamos que a CRB, em plano nacional e estadual, deve continuar agindo com firmeza neste Departamento.

Departamento de Catecismo

O Departamento de Catecismo continua seu trabalho em favor de uma catequese esclarecida e intensiva.

Organizou com a cooperação da Faculdade de Santa Úrsula, em 1956, além do curso de catequistas para o ensino primário e paroquial, que já funcionava todos os sábados, de 13,30 às 17 horas, e cujo programa tem sido readaptado a fim de poder conceder em um ano o diploma elementar de catequista, um Curso de Catequética Superior, que prepara catequistas para ensino secundário e formadoras de catequistas. Este curso se destina aos que têm já uma cultura suficiente e comporta 4 anos de estudo, à razão de 8 horas de aulas por semana. Os estágios práticos exigidos dos alunos catequistas garantem a instrução catequética de um grupo de crianças de uma favela e de diversos cursos secundários.

O curso é seguido atualmente por 15 estudantes; é, evidentemente, pouco, mas tendo em vista as exigências requeridas, este número satisfaz por ser o primeiro ano. Os estudos são organizados de maneira que possam os alunos começar em qualquer ano e comporta um só período de exame por ano, período anterior ao dos exames oficiais, a fim de não haver concorrência com os últimos.

O Departamento Catequético estuda neste momento a possibilidade de combinar com o Curso Superior para as religiosas, um curso de catequética, que, sem sobrecarga excessiva, assegure no fim dos estudos uma formação catequética e permita a concessão de um diploma de catequista.

Uma parte interessante é a difusão de sua ação no interior do Brasil. Pouco a pouco em tôda parte se formam centros catequéticos, em pleno acôrdo com a hierarquia; noutros, se organizam cursos de Catequese, e se adota o programa do Centro, com o qual êles se mantêm

em colaboração, seja que êste lhes envie os esquemas dos cursos dados no Rio, seja que represente junto dêles um papel de indicador e orientador.

Assim, desde a Exposição Catequética do 36.º Congresso Eucarístico Internacional, cursos foram criados: em Ribeirão Preto, que reúne mais de 80 professores de ensino primário oficial; em João Pessoa (Paraíba), que dirige um grupo de 40 religiosas para prepará-las a fim de serem professoras de catequese; em Maceió, em Niterói, que se destinam igualmente aos professores já em atividade; em Jacarépaguá, Rio, o curso que colabora estreitamente com o Centro do Rio, feito especialmente para os catequistas paroquiais.

Êstes centros estão sob a dependência direta dos Srs. Bispos, que tomaram a iniciativa, pois o Departamento de Catecismo está às ordens da Igreja, e trabalha em pleno acôrdo com a hierarquia.

Dois centros catequéticos estão em formação: um em Petrópolis, outro em Belo Horizonte.

O Departamento de Catecismo está em relações igualmente com diversos Seminários e com outros grupos catequéticos, organizados desde vários anos, graças à dedicação da Ação Católica em certas dioceses, principalmente em Pôrto Alegre. «O Seminário» de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, organiza uma formação de catequistas leigas, muito interessante, e publica como suplemento, em seu boletim «O Seminário», uma fôlha catequética bem redigida.

No domínio das publicações, o Departamento de Catecismo editou um pequeno livro para ajudar a formação das crianças e dos adolescentes: «Minhas Confissões». Esta publicação correspondia a necessidades tais que uma segunda edição se prepara, pois a primeira esgotou-se rapidamente. Planeja-se, igualmente, vistos os vários pedidos feitos, uma edição adaptada especialmente às môças e estudantes.

O Departamento publica uma seqüência de artigos, graças à bondade das revistas: Revista da Conferência dos Religiosos, Revista Catequética, In Altum. Êstes mesmos cursos mimeografados são enviados separadamente aos centros catequéticos ou às pessoas que lhe fazem o pedido.

Seção livraria: aumentada. O Departamento acabou a publicação de um catálogo do material catequético que coloca à disposição dos interessados. É o único no Brasil que possui a coleção dos quadros bibli-

cos alemães policromados de Fugel. Organiza também a difusão dos filmes e material catequético.

O Departamento mantém contato com os centros catequéticos internacionais a fim de estar ao par dos progressos da catequese nos diversos países e de assegurar assim uma melhor documentação a seus correspondentes.

A Exposição catequética organizada para o 36.º Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro está atualmente na diocese de Niterói graças à iniciativa do Exm.º Sr. Bispo dessa cidade, e aí se encontra instalada de modo permanente.

Enfim, o Departamento é o intermediário para a América do Sul, da Revista Internacional de formação religiosa «Lumen Vitae», e assegura a difusão no Brasil de numerosas revistas estrangeiras, catequéticas e pedagógicas.

Departamento de Assistência à Saúde

Até princípios de 1956, a Conferência nada fêz no setor saúde ou enfermagem, porque funcionava, com sede em São Paulo, a União das Religiosas Enfermeiras do Brasil, que o artigo 7.º dos nossos Estatutos tinha oficializado como nosso Departamento de Saúde, da mesma forma que considerava a AEC do Brasil como Departamento de Educação e Ensino.

Nos primeiros meses do corrente ano começou a Conferência a organizar o seu próprio Departamento de Assistência à Saúde, confiando à congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. A maior dificuldade que encontramos neste setor foi a falta de dados estatísticos especializados, e uma acentuada tendência para, valorizando em demasia os estudos de enfermagem, sobrepor a enfermeira à religiosa.

O Departamento, instalado primeiro numa sala emprestada pelo Colégio Imaculada, na praia de Botafogo, e agora na Santa Casa do Rio de Janeiro, em conjunto com o Departamento de Estatística, lançou um inquérito a tódas as obras de assistência à saúde e às escolas de enfermeiras ou de auxiliares. Os dados, apurados até 1.º de julho corrente, aí estão traduzidos nos gráficos, desfazendo algumas opiniões generalizadas a respeito da situação das religiosas enfermeiras, e apontando os rumos a seguir para o Departamento.

As primeiras realizações do Departamento, foram portanto êste levantamento, e os encontros que se estão processando durante êste Con-

gresso. São os primeiros contatos. Nosso programa de atividade é o seguinte:

- 1.º — Completar o levantamento estatístico das obras de saúde e das escolas, para se ter um conhecimento exato da situação em que nos encontramos.
- 2.º — Promover, com tato e prudência, uma revisão dos contratos dos hospitais e obras de saúde, onde as Irmãs trabalham por administração, a fim de conseguir dois objetivos: a) elevar o nível de vencimentos, pois não é justo que a enfermeira religiosa perceba vencimentos de Cr\$ 300,00 ou Cr\$ 500,00 — média verificada nos hospitais estudados, até agora — e as enfermeiras leigas comecem carreira com 3 ou 4 mil cruzeiros, chegando a 8 e mais; b) incluir nos contratos a obrigação de o hospital manter, em caráter permanente, uma bolsa de estudos para uma das religiosas da casa fazer o curso de enfermeira.
- 3.º — Promover uma reunião periódica das Diretoras das escolas de auxiliares e de enfermeiras.
- 4.º — Promover uma campanha de propaganda para despertar boas vocações de enfermeiras: orações, em primeiro lugar e depois palestras de orientação vocacional nos educandários, divulgação de folhetos, etc.
- 5.º — Criar uma comissão de legislação e divulgação, integrada por religiosas, para se evitar que as iniciativas neste setor partam mais das leigas, chegando depois às Irmãs, para se pronunciarem sobre medidas que nem sempre atendem às melhores condições da vida religiosa.

Departamento de Serviço e Assistência Social

I — Data da Fundação: 2 de abril de 1954, no Rio de Janeiro

II — Finalidades:

a) Resolver Casos de Serviço Social que se apresentem ao próprio Departamento ou a êste por comunidades religiosas que não tenham elementos técnicos capazes de solucioná-los.

b) Prestar Assistência às Obras Sociais dirigidas por Religiosos e Religiosas, mediante estudos, sugestões, planos, projetos e consultas.

c) Atualizar o apostolado dos Religiosos neste campo mediante cursos, palestras, reuniões, etc.

d) Prestar assistência às Escolas de Serviço Social mantidas por Institutos Religiosos (em caráter nacional).

e) Idem a Escolas de Economia Doméstica (em caráter nacional).

f) Assistência Técnica aos pensionatos femininos dirigidos por Religiosas.

III — Setores do D. S. A. S. :

1.º — **De Escolas de Serviço Social** (funciona somente no Rio) — ajuda técnica, divulgação das Escolas, informações sobre a necessidade do Curso de Serviço Social.

2.º — **De Estudos e Planos**

a) Cursos (Auxiliares Sociais, Administração de Obras, e outros que se fizerem necessários para atualizar o apostolado dos Religiosos)

b) Planos para Obras Sociais (Instalação e reorganização, aperfeiçoamento de Serviços, fichas para as Obras, organização administrativa, etc. (Pode haver colaboração neste setor com o Departamento de Saúde da CRB)

c) Reuniões Mensais de Religiosas (Palestras, discussão de casos; as Diretoras de Obras podem expor suas dificuldades para que as outras Religiosas presentes contribuam para solucioná-las; pode também haver uma pequena exortação de um sacerdote religioso sobre tema de apostolado)

3.º — **De Casos Sociais**

a) externos às comunidades mas enviados por elas quando não podem resolvê-los

b) casos que procuram diretamente o Departamento

c) internos das comunidades — ex.: noviças ou mesmo professoras que deixam a Congregação e que, às vezes, podem precisar de ajuda.

4.º — **De Serviço Social Especializado — Abrange**

a) Serviço Social de Menores

b) Serviço Social Médico

Procurar, por meio de cursos, palestras, assistência técnica diretamente feita às Obras, etc., atualizar o apostolado das religiosas neste setor.

5 — De Educação Familiar — abrange:

- a) Escolas de Educação Familiar e Economia Doméstica (em caráter nacional, assistência técnica às mesmas)
- b) Pensionatos femininos — assistência técnica e solução de problemas comuns.

6 — Divulgação — Biblioteca técnica para uso dos Religiosos. artigos para a Revista da Conferência, etc.

O Departamento de Missões Populares

Iniciou seus primeiros passos no comêço dêste ano, com a reunião de um conselho, composto dos Padres Redentoristas, Lazaristas, Passionistas e Capuchinhos do Rio de Janeiro. Êste conselho programou a semana de estudos que se está desenvolvendo paralelamente ao Congresso. Ê um primero contato, do qual devem surgir as demais realizações e iniciativas do Departamento. Seu programa não se limita apenas a promover encontros periódicos, para estudar em comum os problemas atinentes a êste importante ramo de apostolado, dos sacerdotes e de não poucas congregações de Irmãs. O Departamento pretende realizar alguma coisa de concreto e positivo. Sua preocupação atual é articular ou programar as missões gerais nas cidades grandes. Todos reconhecem que nos grandes centros não basta missionar esta ou aquela paróquia. Como reconhecem todos que as missões são necessárias, não só nas paróquias isoladas do interior, mas sobretudo nas grandes metrópoles. Ora, as nossas capitais têm tido missões desta forma quase que sòmente por ocasião de Congressos Eucarísticos, o que é muito pouco. Ê preciso reservar uma parte do ano para pregar missões isoladas no interior, e outra parte para estas missões em conjunto nas grandes cidades. O que naturalmente supõe entendimentos entre as várias congregações missionárias, com a Autoridade Eclesiástica, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Em suma, o problema existe, é conhecido, como se conhece a sua solução. Esperemos que a colaboração de todos, corroborada com as bênçãos divinas, nos leve a resultados concretos.

O Departamento de Obras Diversas

Ê o quadro dos assuntos avulsos ou de emergência dentro da nossa Organização. Não tem sede própria, nem pessoal próprio. Ê o pessoal dos demais Departamentos, ou da sede central, ou pessoal recrutado

ocasionalmente, que se movimenta para resolver assuntos do momento. Para este terreno de atividades não definidas foram atiradas várias iniciativas, como semanas de estudos para religiosas, distribuição de gêneros americanos, a participação ao Congresso Eucarístico Internacional de 1955, solenidades comemorativas ou de homenagem, intercâmbio com organizações internacionais, etc.

Serviço de Procuratórios

Relatada a atividade dos Departamentos, é mister falar dos Serviços que, como afirmamos acima, são a outra coluna em que se apoia toda a estrutura da Conferência. Não é possível relatar por miúdo tudo o que se fez nestes dois anos e meio. Como aliás não é minuciosa nem a relação dos Departamentos. Indicaremos as grandes linhas de movimento de cada Serviço, começando pelo de Procuratórios.

No ano de 1954, primeiro da Conferência, levamos a termo o total de 1.351 processos. Depois disso, no ano de 1955, os números alcançaram o nível de 2.665. De primeiro de janeiro até os últimos dias de junho, já tínhamos encaminhado mais de 3.000 processos. Esses processos são de assuntos os mais diversos, desde autorização ou reconhecimento de escolas superiores, ao recebimento de subvenções e auxílios federais, à naturalização de estrangeiros, registro de professores, em suma, qualquer assunto de interesse das Comunidades religiosas junto aos Ministérios do Governo Federal. Não temos trabalhado em plano municipal, nem estadual, por não dispormos de elementos para isto. Mas julgamos que as Seções Estaduais que estiverem em condições deverão organizar o próprio Serviço de Procuratórios, por ser de real necessidade para os Religiosos. Não é questão apenas de receber os papéis e encaminhá-los aos órgãos competentes. Se o Serviço fôsse apenas este, seria muito fácil, e as taxas deviam ser muito menores ainda do que são atualmente. O Serviço é bem mais complexo. Importa em examinar os documentos, acompanhar os processos em todas as suas fases, manter correspondência com as instituições, informando-as, orientando-as na preparação dos papéis, prevenindo dificuldades que possam surgir, para uma ou para todas. É uma assistência completa a casa religiosa neste particular.

Um inconveniente se tem registrado, felizmente em proporções muito diminutas. É o fato de a instituição confiar o trabalho a dois procuradores. Tem procurador leigo, e pede também à Conferência. No

fim, são duas contas. Regularmente se paga ao procurador leigo, e se pede dispensa à Conferência. No primeiro ano, 1954, dispensamos sempre. No segundo, 1955, dispensamos e prevenimos. Agora, em 1956, não estamos dispensando. Se o trabalho foi feito, a taxa é devida, e a Conferência não dispensa. Dispensamos a contribuição anual das casas, deixando-a ficar para as secções estaduais. Não é possível agora dispensar com facilidade as taxas de serviço.

Segundo o que foi aprovado no Primeiro Congresso, as comunidades deveriam ir passando pouco a pouco seus processos, dos antigos procuradores profissionais, para a Conferência. Muitas já o fizeram. Outras, porém, ainda não executaram o que foi deliberado. Que o façam, quando julgarem conveniente.

A Conferência, ao assumir a responsabilidade de um processo, sabe bem o que está fazendo. Já lemos e relemos mais de uma vez os artigos 1.288 a 1.323 do Código Civil, sobre as obrigações, a natureza do mandato e suas consequências. A exatidão de nossos serviços é tal, que nos permite garantir indenização à entidade, que tiver algum prejuízo por responsabilidade nossa. Se a verba não for recebida, por culpa do escritório, a Conferência paga esta verba. O que tem acontecido até agora é que muitas verbas não têm sido recebidas, um pouco por responsabilidade do Governo, quando suspende o pagamento; e muito por responsabilidade das instituições, que não mandam os documentos pedidos, ou mandam demasiado tarde. Temos verbas atrasadas.

Mas as fichas dos processos respectivos estão aí, nas mãos dos funcionários, para quem quiser verificar o número de vezes que pedimos os documentos, em vão. Até seis cartas chegamos a mandar à mesma entidade. Agora, com o elevado custo dos serviços postais, não sei se será possível chegar a tanto.

Acontece ainda alguma outra vez que a instituição distribui seus processos entre os vários amigos que tem no Rio de Janeiro. E neste caso toca sempre à Conferência fazer os casos difíceis, ou os processos gratuitos, ou deficitários. Temos procurado ver nisto uma prova de confiança na eficiência da nossa organização e na dedicação dos nossos funcionários. Gostaríamos, porém, que estas demonstrações de apreço assumissem outras formas.

Ao lado destes pequenos senões, apreciando o Serviço em suas linhas gerais, elevamos nossas mãos para o alto, dando graças a Deus Nosso Senhor, por tudo aquilo que se pôde realizar. O Serviço corresponde

realmente a uma necessidade dos religiosos do interior, e o número dos processos feitos conforta e estimula a continuar dentro das mesmas normas de trabalho.

O Serviço de Viagens

E o segundo da Conferência, considerando o volume de trabalho que tem realizado. Também êste obteve extraordinária aceitação por parte de todos os Religiosos. Provam-no os resultados alcançados, como se encontram nos dados levantados pela Estatística. O total complexo das viagens encaminhadas pelo Serviço, desde seus inícios, em maio de 1955, até de 30 de junho último, é de 2.125 passagens, aéreas ou marítimas, domésticas ou internacionais.

Muito fácil dizer isto, e enunciar em dados de estatística. Como é difícil, porém, conseguir articular um convênio com uma companhia transportadora. Inúmeras práticas, conversações, demonstrações, exposições de motivos, relatórios, entendimentos pessoais e visitas que se repetem e se prolongam, garantias, referências, as exigências intransigentes dos regulamentos de transportes. Lá se vai o religioso, contente e feliz, com um passagem mais barata, usufruindo um serviço melhor, sem imaginar o que ficou atrás dos bastidores. O Serviço de Viagens tem dado à Conferência muita preocupação, e a implantação do sistema custou uma soma bem grande de trabalhos e providências. Hoje, graças a Deus, é um serviço plenamente vitorioso, consolidado.

Tanto assim que pode se expandir por todo o Brasil, nas suas 38 agências ou filiais. E outras se vão criando, sempre que um grupo de comunidades interessadas justifique a sua presença. Nosso Serviço está operando já, em todos os Estados. E poderá operar em tôdas as localidades, onde houver comunidades que dêle precisem.

Quando informamos aos religiosos da existência do serviço e da assistência que lhes presta, não é propaganda que estamos fazendo, dêste setor da Conferência. O objetivo não é publicidade da CRB, mas a vantagem ou utilidade do religioso. Ficamos penalizados quando vemos um religioso tomar, por exemplo, um navio para a Europa, pagando mais e viajando em condições piores, quando opera diretamente com as companhias ou através de emprêsas de turismo. Ficamos penalizados quando sabemos de tantos enganos de que são vítimas os religiosos, quando não são verdadeiros roubos. E pensamos que tudo isto pode ser evitado, quando nos unimos.

Outros Serviços

Vamos omitir a descrição dos outros serviços da Conferência. Assistência espiritual às comunidades de Irmãs, novas obras e novas fundações, imigração de religiosos, publicações, e diversos. Não anotamos, vês por vês, os casos que foram tratados ou solucionados. Em todos êstes setores se trabalhou ativamente. Em alguns, como no da assistência espiritual, com muito pouco êxito, por motivo da grande falta de sacerdotes em vista do ministério vasto a exercer nas capelarias.

Destacamos o Serviço de imigração de religiosos. Tantos pedidos de novas obras nos chegaram às mãos, e tantas foram as recusas dos superiores aqui no Brasil, sempre batendo a mesma tecla da falta de pessoal, que resolvemos ver se encontrávamos algum refôrço no estrangeiro. Em outubro visitamos a Itália, a Alemanha e a França, pondo-nos em contato com as organizações de religiosos dêsses países. E logo que voltamos, iniciamos um serviço de correspondência internacional, expondo nossa situação, possibilidades, necessidades, ofertas de novas obras. Não é um trabalho de resultado imediato, bem o sabemos. Mas alguma coisa já se tem conseguido, e tencionamos continuar esta propaganda. Somos muito pouco e muito mal conhecidos nos ambientes religiosos do exterior. E preciso divulgar mais e melhor, para atrair novas congregações para nos ajudar.

As Secções Estaduais

Não foi contemplada sua organização pelo Primeiro Congresso. Nem se encontra, nos estatutos, dispositivo algum a respeito. Entendeu, porém, a Diretoria, que não errava se fizesse alguma coisa além dos estatutos e além das deliberações do Congresso, desde que não fôsse contrário aos métodos preconizados pelo mesmo.

A primeira Secção surgiu em Salvador, exatamente no primeiro aniversário da Conferência, depois de uma semana de estudos liderada pelo Pe. Cesar Dainese e a Madre Maria Xavier Echaniz, das Ursulinas do Colégio das Mercês. Foi a experiência-piloto.

Cometemos, na organização das Estaduais, um êrro. Julgávamos, e assim escrevemos repetidamente em nossa Revista, que, assim como a CRB, em plano nacional, tinha surgido de um congresso nacional, também as secções deveriam surgir de uma semana regional de estudos. Sòmente em Natal, no dia 10 de abril dêste ano, é que percebemos ser possível

a organização de uma Secção Estadual com uma simples reunião dos religiosos da capital do Estado. Os ideais e métodos da Conferência, suas vantagens, seu quadro de organização, seus departamentos e serviços, são já por demais conhecidos. A secção estadual é um fruto maduro, que cai sòzinho da árvore. Isto explica como, de uma simples visita e uma conferência aos religiosos, pocsam ter surgido tantas secções estaduais, em tão breve tempo. E que não era temerário proceder assim, prova-o a continuação imediata dos trabalhos. Tôdas as secções começaram a agir imediatamente depois das reuniões gerais em que se organizaram. Aí está, na exposição de estatística, o mapa geral das Secções, com indicação dos departamento que nelas funcionam, bem como dos religiosos encarregados. E podemos já realizar aquilo que antes poderia parecer um sonho: chamar pelo nome, como que a perfilar, consagrando a união e organização dos religiosos do Brasil, e cuvir responder presente, a todos os dirigentes das Secções Estaduais: Manaus, Belém, São Luiz do Maranhão, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Vitória, Distrito Federal, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Goiânia, Campo Grande, Corumbá e Cuiabá.

Que maravilhosa fôrça, a serviço do reino de Deus em nossa Pátria. Este exército imenso de religiosos e de religiosas, que procuram atualizar cada vez mais a própria formação, unidos, dedicados, com a fôrça irresistível da abnegação que lhes nasce dos votos, cada qual conservando tôdas as características próprias do seu instituto e acentuando-as quanto pode, mas trabalhando pelos mesmos objetivos, formando catequistas, melhorando a eficiência das obras sociais, dando às religiosas enfermeiras a posição de liderança que lhes compete. Quem jamais resistiu à fôrça de um povo inteiro que se move para alcançar determinado objetivo? Quem resistirá à marcha desta porção eleita do povo de Deus, que avança, cor unum et anima una, para salvar mais almas?

Prestação de Contas

Todos os Congressistas encontraram na própria pasta o balanço com a demonstração da receita e despesa da Conferência, de fevereiro de 1954 até 30 de junho de 1956. Já verificaram com certeza que a receita, proveniente de contribuições das casas, assinatura da Revista e venda do Anuário, alcançou sòmente Cr\$ 1.569.850,00. A despêsa, ao invés, complexivamente, alcançou a soma de Cr\$ 5.782.409,50. Não existissem os serviços, com as taxas módicas fixadas pela Diretoria, e a C.R.B. estaria falida no seu primeiro mês de funcionamento.

A C. R. B. fora do Brasil

Deve a Diretoria informar ao Congresso sobre a situação da nossa Conferência no Exterior. O Secretário Geral, atendendo a um convite feito pelo Revm.º Pe. Larraona e por Monsenhor Bayer, da Charitas Internationalis, em outubro e novembro do ano passado esteve em Roma, tendo depois visitado também a Alemanha e a França. Em Roma pôde falar, a 25 de outubro, ao Conselho dos Superiores Gerais, que abria suas atividades naquela data, para o período 1956-1957. Visitando quase diariamente a Sagrada Congregação dos Religiosos, conhecendo as várias repartições da mesma, em audiências com o sr. Pe. Larraona e Sua Eminência o Sr. Cardeal Valeri, pôde informar detalhadamente sobre a situação da organização no Brasil, corroborando suas asserções com os mapas e um completo estudo estatístico preparado em um album. Nesta ocasião ofereceu uma cópia do filme do primeiro Congresso à Sagrada Congregação. Ao despedir-se pôde, com satisfação, ouvir do Revm.º Pe. Liévin CssR, encarregado da correspondência com as Conferências nacionais, esta expressão: Aqui na Sagrada Congregação, a Conferência do Brasil é considerada critério e padrão de organizações nacionais de religiosos. S. Excia. o Pe. Larraona, desejando que se fizesse uma exposição da experiência brasileira a um conjunto de quatrocentas superiores gerais reunidos em Roma, justificou desta forma: é um exemplo de como passar da teoria para a prática, no programa de atualização e organização que o Santo Padre deseja das famílias religiosas.

Na Alemanha, o Secretário Geral passou um dia em companhia do Pe. Flesch CssR., informando-se da organização e atividade do Conselho de Superiores Maiores daquela Nação, cuja séde se encontra em Colônia. De Colônia fomos a Aachen, para conhecer a organização missionária e a Raptim alemã. Foi na Alemanha que um Superior provincial, tendo nas mãos um exemplar do nosso Anuário, e examinando o organograma da C.R.B., declarou, numa admiração espontânea, que julgava inútil nossa visita para estudar a organização dos religiosos na Alemanha, se tínhamos tão boa aqui; êles é que teriam de estudar a nossa. Surpreendeu a Raptim alemã o movimento do nosso Serviço de Viagens. O número de passagens encaminhadas por nós era três vezes maior.

Na França, estivemos uma tarde inteira com o Pe. Jean François Barbier, franciscano, secretário geral da organização dos religiosos daquela nação.

A Conferência está filiada à Charitas Internationalis; já se inscreveu

à Obra Pontifícia das Vocações Religiosas; e mantém intercâmbio com as Conferências da Espanha, da Argentina, e da Colômbia. Deverá comparecer este ano, a convite, a Bogotá e Madrid, para Congressos nacionais de religiosos. Não pôde ir à Argentina, como não pôde atender a um convite da Caritas Internationalis para um estágio na ONU, duração de 6 semanas, estadia paga em Nova York pela mesma ONU.

O pessoal efetivo da C. R. B.

O volume de trabalho, a necessidade de elementos especializados, capazes, eficientes, para determinados setores, o método seguido pela C.R.B. de confiar os encargos a famílias religiosas, está nos levando já quase à necessidade de se criar, em nosso quadro, um Departamento do Pessoal, como existe nas grandes organizações. A Conferência conta com dois quadros de funcionários: um religioso, outro civil. São ao todo 61 elementos em atividade no Rio, incluindo os membros da Diretoria e os conselheiros. Excetuados estes últimos, em número de 10, os demais são todos de tempo integral na Conferência. Principiaram, os que são religiosos, dedicando algum tempo à Conferência. Hoje dedicam algum tempo às incumbências antigas da própria congregação, e o mais é da Conferência, que, quando bem recebida numa comunidade, como até agora sempre tem acontecido, vai invadindo espaço, tomando pessoal e material.

São 17 atualmente os funcionários civis, todos devidamente remunerados, e de tempo integral.

Não referimos, neste quadro, o pessoal das filiais de viagens, nem das Secções Estaduais. Estes, com exceção do Rio Grande do Sul, estão ainda na primeira fase: trabalham para a própria Congregação e dedicam algum tempo à Conferência. Chegará, também para as Secções Estaduais, a ocasião de se inverterm os tempos?

Agradecimentos

Não podemos terminar este relatório sem uma palavra de gratidão. Antes de mais nada, olhos para o alto, coração genuflexo: Te Deum laudamus. A CRB é obra de Deus, não dos homens. Simples e inúteis instrumentos, é o que nós somos. Se piores Nosso Senhor tivesse encontrado, a estes teria escolhido.

Gratidão à Exma. Nunciatura Apostólica, ao Senhor Núncio Dom

Armando Lombardi e a Monsenhor João Ferrofiño, que sempre nos prestaram a mais cordial assistência e que têm orientado nossas decisões mais importantes.

Somos reconhecidos ao Eminentíssimo Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, que teve uma participação tão acentuada na organização do primeiro congresso e da própria Conferência, e que continua acompanhando tão de perto nossos empreendimentos.

A Conferência é particularmente agradecida às famílias religiosas que estão dividindo conosco as responsabilidades e as tarefas. Particularmente àqueles que deram elementos seus, que estão fazendo falta em seu trabalho interno, e os dedicaram inteiramente ao apostolado da Conferência. Destacamos, entre os religiosos, os Padres Capuchinhos, os Padres do Verbo Divino, os Irmãos Maristas e os Irmãos Lassalistas. Entre as Irmãs: Missionárias de Jesus Crucificado, Ordem de Santa Ursula, Filhas do Imaculado Coração de Maria, Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Santos Anjos, Providência de Gap, Bom Pastor. Não sei se esquecemos alguém. E se esquecemos, Deus lembrará por nós, e nem por isto será menor nosso reconhecimento.

E que dizer do grupo de funcionários civis, que tanto se dedicaram à causa dos religiosos, que parecem já identificados com ela? São homens feitos, que deixaram outras atividades promissoras, para virem trabalhar pelos religiosos. São mocos que se estão fazendo, estudantes de cursos noturnos, que durante o dia se dedicam aos nossos interesses e aos nossos serviços. Para não mencioná-los todos, lembramos apenas os chefes das várias secções: Laércio Leopoldino, que tem a responsabilidade e direção de todos os serviços da Conferência. Já disseram, e com razão, que êle atende melhor os religiosos do que o próprio Secretário Geral. É verdade. O Secretário de quando em quando perde a paciência e se zanga. Êle nunca perdeu, e com humildade e dedicação está sempre às ordens dos religiosos, no escritório como em sua residência, a qualquer hora. Antonio Silverio Leopoldino, chefe da correspondência de serviço, e Manoel Rabelo Sampaio, chefe dos serviços de Ministérios, os dois primeiros que começaram a trabalhar na Conferência, desde os tempos do Primeiro Congresso.

Ao quadro de funcionários civis, o abraço e os agradecimentos da Diretoria da Conferência e de todos os Religiosos do Brasil.



NOVAS FUNDAÇÕES

Desde muito, em vista das grandes dificuldades que sempre encontram muitas Casas Religiosas femininas em arranjar um Sacerdote para atender às suas necessidades espirituais e serviços religiosos, poucos sendo os Colégios que podem contar com um Capelão próprio, o Serviço de Novas Fundações da C. R. B. tomou várias providências, visando conseguir a vinda de Sacerdotes do estrangeiro, como Capelães para Colégios e casas de Religiosas. Muitos foram os meios e caminhos que foram tentados, alcançando algum resultado positivo. Agora é da Espanha, da «Comisión Episcopal de la Obra de Cooperacion Sacerdotal Hispano-Americana»; a êsse respeito, recebemos a carta que aqui transcrevemos:

«Revm.^o, Padre,

Recebemos a carta que V. Revm.^a enviou a D. Santos Beguiristain, que deixou a Secretaria Geral de nossa Obra no ano de 1952. Recebo como atual Secretário seu pedido, e passo a respondê-lo.

Nossa Comissão Episcopal envia os sacerdotes espanhóis à América Latina conforme os pedidos que recebe da Sagrada Jerarquia dêsse continente. As condições necessárias para realizar um envio dêsses são as seguintes: 1.^o Pedido oficial do Sr. Bispo Diocesano; 2.^o Assinatura de um contrato com as cláusulas já estabelecidas; 3.^o Realizado um curso de três meses, os Sacerdotes irão prestar seus serviços durante cinco anos, no mínimo, sob as ordens do Bispo que os recebe.

Como V. Revm.^a pode ver, será possível nossos sacerdotes irem ao Brasil, como começaram a ir já para os postos que a jerarquia decidiu entregar-lhes, e portanto nos casos em que essa jerarquia queira atender às casas religiosas, colégios, etc., nós com muito gosto proporcionaremos os sacerdotes, sempre que consigamos encontrá-los e haja suficiente número para atender a êsses pedidos.

Acho ter respondido a tôdas as suas perguntas; se mais

em alguma coisa posso lhe ser útil, ser-me-á muito grato prestar-me incondicionalmente a V. Revm.^a».

ANTONIO GARRIGÓS MESEGUER

Secretário Geral da Obra de
Cooperación S. H. A.

A CRB continuará sempre à disposição dos interessados, no caso que, podendo atender às condições supra. e com a licença do Ordinário do lugar, as Casas religiosas que não têm Capelão próprio, queiram encaminhar suas práticas no intuito de obter a vinda de um Sacerdote espanhol.

Novas Fundações

Caxias — Maranhão — O Exm.^o Sr. Bispo Diocesano, perante as dificuldades espirituais e morais de sua Diocese pede a colaboração de Congregações Religiosas femininas que possam dirigir ginásios mistos, cursos primários mistos, hospitais, círculos operários, etc. Faz um caloroso apêlo às Revm.^{as} Madres Provinciais que possam dispor de Religiosas, para que venham ao encontro dêste seu apêlo.

Santa Cruz das Palmeiras — São Paulo. A cidade possui uma Santa Casa de Misericórdia, em novo prédio correspondente a tôdas as exigências modernas, com sala completa de cirurgia, laboratório de análises clínicas, enfermarias para homens e para senhoras, quartos para pensionistas, etc.; está sendo iniciada também a construção de uma Maternidade e, em terreno limítrofe, da Casa da Criança. Estas três organizações irão formar um conjunto de Assistência Social que será entregue a uma única direção, material e espiritual, de Congregação Religiosa feminina que estiver interessada. Para tanto cogita-se da construção de casa com clausura e Capela, congregando Irmãs para os três setores. A população da cidade, eminentemente católica, pleiteia a vinda de Irmãs para estas instituições, a fim de imprimir às mesmas uma padronagem inteiramente católica. As Religiosas, no desempenho de suas atribuições poderão contar com a colaboração completa da numerosa União das Filhas de Maria e dos Marianos.